



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**A SINTAXE DA NEGAÇÃO EM CONFIGURAÇÃO IMPERATIVA NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

MOACIR NATERCIO FERREIRA JUNIOR

BRASÍLIA
2011

**A SINTAXE DA NEGAÇÃO EM CONFIGURAÇÃO IMPERATIVA NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

MOACIR NATERCIO FERREIRA JUNIOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em linguística. Área de concentração: Teoria e Análise Linguística
Orientadora: Profa. Dra. Heloísa Maria Moreira Lima Salles

BRASÍLIA
2011

**A SINTAXE DA NEGAÇÃO EM CONFIGURAÇÃO IMPERATIVA NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

MOACIR NATERCIO FERREIRA JUNIOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em linguística. Área de concentração: Teoria e Análise Linguística
Orientadora: Profa. Dra. Heloísa Maria Moreira Lima Salles.

Banca examinadora

Dra. Heloisa Maria Moreira Lima Salles (Presidente) – Universidade de Brasília

Dra. Maria Marta Pereira Scherre – Universidade de Brasília

Dra. Jânia Martins Ramos – Universidade Federal de Minas Gerais

Dra. Rozana Reigota Naves (Suplente) – Universidade de Brasília

DEDICATÓRIA

Primeiramente a Deus, que me permitiu realizar esse projeto.

A minha família: meus pais, Moacir Natercio Ferreira e Ilca Guimarães da Silva Ferreira, à minha irmã, Waleska Guimarães da Silva Ferreira, que nunca mediram esforços para investir em meus estudos e me ajudaram com o que foi preciso. Pelo amor, paciência e dedicação em cada um dos anos em minha vida.

À Helen Soares Madeira, minha companheira, que tem sempre me apoiado, me incentivando quando muitas vezes eu me via cansado. Por seu apoio e sua paciência com minhas dúvidas, mesmo sem entender muito bem os complexos estudos de teoria da gramática.

Aos maravilhosos colegas de curso Wanderson Bonfim, Ana Terra, Beatriz Carneiro, Cristiany Fernandes, Déborah Mendonça, Jaqueline e Lilian. Cada dia com vocês me inspirou e deu ânimo para a conclusão desse trabalho.

Aos meus alunos, que receberão os frutos de minha dedicação em todos os meus trabalhos.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Dra. Heloísa Maria Moreira Lima Salles, pela paciência e dedicação, mesmo diante de tantos compromissos. Por seu amor à lingüística que me tocou, me fazendo trilhar esse caminho desde nosso encontro ainda na graduação. Por acreditar nesse projeto e confiá-lo a mim.

Às professoras convidadas a compor a banca, Dra. Maria Marta Pereira Scherre, Dra. Jânia Martins Ramos e Dra. Rozana Reigota Naves. Tenho muito orgulho de ter em minha banca professoras que aprendi a admirar durante o desenvolvimento dessa pesquisa. Seus textos me inspiraram no desenvolvimento desse trabalho.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística: Dra. Rozana Reigota Naves, Dr. Dionei Moreira Gomes, Dra. Heloísa Salles, Dra. Eloisa Pilati e Dra. Helena Guerra. O departamento de lingüística da UnB tem crescido graças aos esforços de vocês.

À Aline Soares Madeira pelas contribuições de revisão que muito ajudaram na elaboração do texto.

Aos colegas linguístas Marcos Lunguinho, Paulo Medeiros, Déborah Mendonça e Rerisson Cavalcante que me enviaram materiais e sugestões para minha pesquisa.

RESUMO

Este trabalho investiga diferenças entre o português brasileiro (PB) e o português europeu (PE) quanto à formação do modo imperativo. A tradição gramatical classifica o PE como língua de imperativo verdadeiro, por possuir morfologia própria ao modo imperativo, apresentando particularidades sintáticas na presença dessa forma verbal. Uma dessas particularidades diz respeito à impossibilidade de se realizar a negação pré-verbal (Neg-V), sendo utilizada nesse caso a forma 'supletiva', advinda do subjuntivo (Entra!/ Entre!; *Não entra!/ Não entre!). De acordo com Rivero (1994), essa restrição ocorre devido ao fato de a negação, como núcleo de uma categoria (NEG), impedir o movimento do verbo no imperativo (verdadeiro) para verificar o traço formal na categoria C, responsável por marcar a força ilocionária (imperativa). Ao contrário das sentenças com a forma verdadeira do imperativo, a forma supletiva, sendo marcada morfologicamente para o traço *irrealis*, não sofre movimento para C, o que explica a possibilidade de a frase ser negada. Pretende-se analisar a sintaxe das orações imperativas no português brasileiro (PB), tendo em vista as características observadas em relação à negação, uma vez que o PB não apresenta restrições quanto à realização das formas do imperativo, as quais ocorrem em configurações com a negação pré-verbal (Neg-V), e também com a dupla negação e com a negação pós-verbal (Neg-V-Neg; V-Neg). A sintaxe das orações imperativas no português brasileiro (PB) será examinada, tendo em vista as características da negação, uma vez que ambas as formas do imperativo podem ser negadas no PB, sendo a negação encontrada em configurações com a negação pré-verbal (Neg-V), e também com a dupla negação e com a negação pós-verbal (Neg-V-Neg; V-Neg). A hipótese a ser testada é a de que o modo imperativo no PB, sendo realizado por formas do indicativo e do subjuntivo, faz uso de um paradigma supletivo, como proposto em Scherre et al (2007). Dessa forma, nas sentenças imperativas no PB não haveria movimento de V para C (via I). Sem a realização do movimento para C, explica-se a ocorrência das variantes associadas ao subjuntivo e ao indicativo com a negação, diferentemente do que ocorre com as sentenças com imperativo verdadeiro em contexto de negação no PE (e em outras línguas românicas). Assumindo-se que o desenvolvimento do paradigma supletivo associado ao indicativo (em variação com o as formas associadas ao subjuntivo) relaciona-se à reanálise do sistema pronominal e ao sincretismo morfológico decorrente dessa reanálise, propõe-se que as formas variantes ocorrem em uma configuração marcada para o traço *optativo* (característico da subordinação), a qual se manifesta em virtude da neutralização da oposição indicativo vs subjuntivo no PB. Nesse contexto sintático, ambas as formas variantes do imperativo são encontradas independentemente da polaridade da sentença. Propõe-se finalmente que tal propriedade interage com as formas inovadoras da negação no PB, a saber, a dupla negação e a negação pós-verbal, que parecem ser favorecidas no contexto ilocucionário do imperativo. Nesse sentido, a codificação do imperativo no PB não obedece aos mesmos padrões de classificação encontrados em Rivero (1994) como o português europeu, o que gera o interesse no estudo revisão da classificação do modo imperativo no PB.

Palavras-chave: imperativo verdadeiro; imperativo supletivo; marcadores negativos; variação lingüística.

ABSTRACT

This paper investigates the distinction between Brazilian Portuguese (BP) and European Portuguese (EP) with respect to the grammatical encoding of the imperative. The grammatical tradition classifies EP as a language of the true imperative type, because it employs a specific morphology for the imperative mode, showing syntactic particularities in the presence of this verbal form. One of these particularities is related to the impossibility to perform the pre-verbal negation with the true imperative form (Neg-V), the 'suppletive' form associated with the subjunctive being used instead (Entra!/ Entre; *Não entra!/ Não entre!). According to Rivero (1994), this restriction is due to the fact that the negation marker, as the head of a negation projection (Neg), blocks movement of the true imperative verbal form to the C category, which is the category responsible for checking the illocutionary force of the clause. Unlike sentences with the true form, the suppletive form, being morphologically marked for *irrealis* modality, does not undergo movement to C, hence negation is allowed. In this case, the verb moves only to the category I. The syntax of imperative clauses in BP will be examined in relation to the syntax of negation, given that both imperative forms can be negated in BP, which can be found not only in the configuration with the pre-verbal negation (Neg-V), but also with the double negation (Neg-V-Neg), and with the post-verbal negation (V-Neg). The hypothesis to be tested is that the imperative mood in PB being encoded by verbal forms associated with indicative and the subjunctive, is realized by a suppletive paradigm, as proposed in Scherre et al. (2007). Thus, in imperative sentences in BP movement from V to C (through I) is not found. In the absence of V movement to C, the occurrence of the (variable) forms of the suppletive paradigm with negative marker is possible, unlike what is found with the forms of the true imperative in PE. Assuming that the development of the suppletive paradigm associated to the indicative (which varies with the suppletive forms associated to the subjunctive) relates to the reanalysis of the pronominal system and to the morphological syncretism in the verbal paradigm (which is determined by this reanalysis), it is proposed that the verbal forms of the imperative occur in a CP configuration that is marked by the *optative* feature (a subordinating feature), which manifests itself in virtue of the neutralization between the indicative and the subjunctive, found in PB. In this context, both forms of the imperative are found, regardless of the polarity of the sentence. It is then proposed that this property interacts with the innovative forms of negation in PB, namely the double negation and the post-verbal negation, which seem to be likely to occur in the imperative illocutionary context.

Keywords: true imperative, suppletive imperative, negation, linguistic variation

Lista de abreviaturas e símbolos

- * - Sentença agramatical (*X)
- Δ - Elemento nulo não-referencial
- ? – Dúvida sobre juízo de gramaticalidade
- Σ P - Sigma Phrase
- A - Posição argumental
- \bar{A} - Posição não-argumental
- AgrP - Agreement Phrase
- AP - Adjective Phrase
- AUX - Auxiliar
- CP - Complementizer Phrase
- DP - Determiner Phrase
- FinP - Finiteness Phrase
- FocP - Focus Phrase
- ForceP - Force Phrase
- HMC - Head Movement Constraint
- IP - Inflectional Phrase
- LCA - Linear Correspondence Axiom
- NegP - Negation Phrase
- NP - Noun Phrase
- \emptyset - Elemento nulo
- P&P – Principles and Parameters
- MP – Minimalist Program
- PolP - Polarity Phrase
- PP - Prepositional Phrase
- TopP - Topic Phrase
- TP - Tense Phrase
- VP - Verbal Phrase

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: O IMPERATIVO GRAMATICAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	
1.1 Objetivos do capítulo.....	14
1.2 Quadro teórico.....	14
1.2.1 Pressupostos teóricos: a faculdade de linguagem.....	14
1.2.2 O programa minimalista.....	17
1.2.3 Mudança, variação e gramaticalização.....	18
1.3. Aspectos descritivos e problematização.....	20
1.3.1. Caracterização translingüística do modo imperativo.....	20
1.3.2 O imperativo no português europeu e no português brasileiro.....	25
1.3.2.1 O português europeu.....	25
1.3.2.2 O português brasileiro.....	26
1.3.3 Relações interacionais e a distribuição das formas do imperativo no português europeu e no português brasileiro.....	27
1.3.4 A formas do imperativo e a sintaxe da negação no português brasileiro.....	29
1.4 Variação e mudança do imperativo no português brasileiro.....	31
1.4.1 Fatores lingüísticos associados à variação.....	31
1.4.2 Imperativo negativo e a sintaxe da negação no português brasileiro.....	35
1.5 Considerações parciais.....	38
CAPÍTULO 2: A NEGAÇÃO NA TEORIA GERATIVA	
2.1. Objetivos do capítulo.....	39

2.2. Estudos sobre a negação em sentenças imperativas no âmbito da gramática gerativa.....	40
2.2.1. <i>Movimento do verbo e negação</i>	40
2.2.2 <i>Os tipos de marcadores negativos nas línguas românicas.....</i>	46
2.2.3 <i>Posicionamento dos marcadores negativos no PB.....</i>	48
2.3 Relações entre negação e imperativo.....	54
2.3.1 <i>Restrições à negação em sentenças com imperativo verdadeiro...54</i>	54
2.3.2 <i>Força ilocucionária, escopo e negação: o problema semântico apresentado por Han (1999).....</i>	55
2.3.3 <i>As estratégias de negação nas sentenças imperativas no PB.....</i>	58
2.3.4 <i>A variação não/num da negação pré-verbal no PB.....</i>	59
2.3.5 <i>Um novo Ciclo de Jespersen: o processo de gramaticalização da negação pré-verbal no PB.....</i>	62
2.4 Considerações parciais.....	63
CAPÍTULO 3: INTERAÇÃO ENTRE IMPERATIVO E NEGAÇÃO NO PB	
3.1 Resgatando o caminho da análise.....	65
3.2 Imperativo e negação no PB: aspectos estruturais.....	68
3.3 Características pragmáticas dos marcadores negativos.....	73
3.3.1 <i>Ciclo de Jespersen e estratégias de negação nas línguas românicas.....</i>	73
3.3.2 <i>Diferenças pragmáticas entre NEG2 e NEG3 no PB.....</i>	78
3.4 Considerações finais.....	82
Referências bibliográficas.....	85

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo examinar estruturas imperativas no português brasileiro, fazendo-se a comparação com o português europeu e outras línguas românicas. Serão abordadas características dessas estruturas no que se refere à sintaxe da negação, à sintaxe do sujeito e à constituição do quadro pronominal no português brasileiro.

Pesquisas sobre o modo imperativo no português brasileiro (cf. Scherre 2003, Scherre et al. 2007, Scherre 2008) demonstram que as estruturas imperativas nessa língua apresentam variação em relação ao emprego das formas verbais (*olhe/olha; abre/abra*), diferentemente do português europeu, em que a distribuição dessas formas é associada às pessoas do discurso: segunda pessoa ‘tu’ e terceira pessoa (gramatical) ‘você’/‘senhor’. O uso das formas associado às respectivas pessoas do discurso traz implicações relativas à oposição entre os traços [+/- distanciamento]. As diferenças no uso das formas verbais do modo imperativo no português brasileiro e no português europeu trazem implicações para a sintaxe da negação, para a sintaxe do sujeito, para a sintaxe dos clíticos.

Observando de uma maneira geral as características das sentenças imperativas, Rivero (1994) classifica as línguas que apresentam formas verbais com morfologia própria do modo imperativo, dividindo-as em duas classes quanto ao comportamento sintático. Na classe I a distribuição sintática das formas do imperativo é específica, diferindo das formas do modo subjuntivo e do indicativo. Línguas como o espanhol e o grego apresentam, além de um paradigma imperativo próprio, uma sintaxe imperativa própria. Na classe II também é reconhecida a apresentação de um paradigma imperativo próprio, mas não há uma sintaxe específica ao modo imperativo. Exemplos das línguas da classe II são o servo-croata e o búlgaro. Nessas línguas os verbos no modo imperativo aparecem no mesmo contexto sintático em que aparecem os verbos dos demais modos.

O português europeu (PE) apresenta um comportamento padrão das línguas de Classe I. Para a realização do modo imperativo no PE, a sentença é construída com uma morfologia própria ao modo imperativo. Essa morfologia demonstra restrições ao uso de marcadores negativos, sendo necessário o uso de uma forma supletiva (associada ao

subjuntivo) para que uma sentença imperativa seja negada (*não olhe/*não olha; não abre/*não abra*). Já o português brasileiro (PB) traz uma série de inovações. Há uma ampla possibilidade de realização dos marcadores negativos nas sentenças imperativas. Há a possibilidade de se negar ambas as formas verbais (*não olhe/não olha; não abre/não abra*). Além disso, o português brasileiro apresenta ainda três estratégias distintas de realização da negação – Neg-V; Neg-V-Neg; V-Neg –, sendo todas elas passíveis de serem empregadas em sentenças imperativas. Essas inovações não podem ser reconhecidas em nenhuma das duas classes apresentadas por Rivero (1994). Tais fatos instigam à investigação sobre a classificação que deve ser atribuída ao PB.

Assim, já que a sintaxe do imperativo no PB aceita amplas formas de realização da negação, independentemente da forma que o verbo assume, como se caracterizam estruturalmente as construções de imperativo no PB? Seriam formas verdadeiras autênticas, como no PE, ou haveria apenas um paradigma supletivo, que utiliza formas associadas ao indicativo e ao subjuntivo? Assim uma questão interessante gerada pela análise dessa relação é como a sintaxe da negação interfere na realização do modo imperativo no PB? Sabendo-se que a forma verdadeira do imperativo possui restrições sintáticas quanto ao uso da negação em línguas como o PE e sabendo-se também que o PB realiza amplamente a negação nas sentenças imperativas, que aspectos estruturais codificam a realização das formas verbais de imperativo? Em particular, qual a relação entre a realização da negação pós-verbal e a possibilidade de negar a variante associada ao indicativo? Seriam aspectos sintáticos ou apenas pragmáticos?

Para responder a estas e a outras perguntas nesta dissertação, será primeiramente apresentada, no capítulo 1, uma caracterização translinguística do modo imperativo, passando-se à caracterização do PE e do PB. Em seguida, no capítulo 2, apresentam-se estudos sobre a negação no PB, em que se destaca o desenvolvimento da dupla negação e da negação pós-verbal, relacionando-se sua manifestação à sintaxe do imperativo no PB. No capítulo 3 serão apresentadas hipóteses sobre as propriedades que determinam a ocorrência das formas verbais do imperativo no PB, buscando-se relacioná-las a propriedades inovadoras dessa língua, no que se refere à neutralização das formas do indicativo e do subjuntivo, à sintaxe do sujeito e à sintaxe da negação. Será apresentada ainda uma hipótese que associa as sentenças imperativas no PB à configuração do tipo “optativa” ou “exortativa”. Diferentemente da oração imperativa com a forma verdadeira, tida como uma oração raiz e com uma periferia oracional marcada para o traço imperativo, a oração imperativa no português brasileiro é uma forma associada ao

paradigma supletivo e, por isso, não teria um traço imperativo em C da oração raiz, que necessite ser checado. A oração imperativa estaria, assim, em uma configuração de subordinação, marcada por um traço formal em C relativo à modalidade optativa, que seria selecionado por uma expressão volitiva/desiderativa implícita, o que explica a ocorrência tanto da forma associada ao subjuntivo quanto com a forma associada ao indicativo.

Finalmente, serão discutidos aspectos semântico-pragmáticos relacionados à gramática do imperativo no PB, associando as ocorrências das estratégias de negação, especialmente da dupla-negação e da negação pós-verbal, a fatores estruturais-informacionais.

CAPÍTULO 1

O IMPERATIVO GRAMATICAL NO PORTUGUÊS

1.1. Objetivos do capítulo

Neste capítulo será apresentado o quadro teórico de análise da pesquisa, o qual é construído com base na teoria gerativa. Dessa forma segue-se o modelo de Princípios e Parâmetros utilizado para explicar os princípios universais que regem as línguas e as diferenças paramétricas por elas apresentadas. Passa-se à apresentação introdutória do Programa Minimalista, que é a versão mais recente do modelo de Princípios e Parâmetros. Em seguida, introduz-se a análise do modo imperativo no português, com o objetivo de demonstrar o problema de análise deste trabalho: as diferenças paramétricas que o PB desenvolve em relação ao PE e como a interação com a sintaxe da negação demonstra a inovação assumida no PB.

1.2. Quadro teórico

1.2.1 Pressupostos teóricos: a faculdade de linguagem

A presente pesquisa assume a abordagem da teoria gerativa na caracterização das línguas naturais. A tese central da teoria gerativa é que todas as línguas humanas são, nas palavras de Chomsky (1998: 24), *variações de um mesmo tema*. A noção de gramática “gerativa” se dá pela propriedade de gerar-se, por meio de um conjunto finito, limitado, um infinito número de possibilidades de frases gramaticais em uma língua. Nesse sentido, conforme postulado por Noam Chomsky, em diferentes obras, a língua é desenvolvida como um órgão mental, fruto de uma capacidade inata do ser humano, referida como Faculdade de Linguagem.

Vários teóricos têm investigado essa hipótese e buscado caracterizar as propriedades da Faculdade de Linguagem. Raposo (1992) define o objeto de estudo da gramática gerativa nos termos a seguir:

O empreendimento generativo tem como objeto central, por um lado, a caracterização das gramáticas particulares dos indivíduos (correspondendo às várias línguas humanas) e, por outro lado, a caracterização da Gramática Universal, entendida como um conjunto de propriedades inatas, biologicamente determinadas, de natureza especificamente lingüística (isto é, não partilhada por nenhum outro sistema cognitivo particular ou geral), e cujo desenvolvimento e maturação, em interação com o meio ambiente, determina uma gramática particular na mente do adulto. Raposo (1992:15)

Assim gramáticas particulares são formadas por princípios universais invariantes, além de requererem a fixação dos valores de uma série de parâmetros particulares associados a uma determinada língua, os quais são responsáveis pelas especificidades de cada língua. A Teoria de Princípios e Parâmetros é um modelo que fornece bases para a investigação dos princípios que constituem o estado inicial da faculdade da linguagem, bem como os aspectos diferenciadores das línguas, que correspondem aos parâmetros das gramáticas particulares (cf. Chomsky 1986).

Como exemplo dos princípios universais das línguas determinado pela Gramática Universal podemos citar o Princípio da Projeção Estendida (Extended Projection Principle/EPP), que determina a presença obrigatória da posição de sujeito nas línguas. Esse princípio, no entanto, não determina que a posição de sujeito deva ser foneticamente realizada. Com isso, duas possibilidades são abertas: a da realização fonética do sujeito ou a da possibilidade de se optar pela realização fonética ou não do sujeito. Dessa forma associado ao EPP, identifica-se um parâmetro com dois valores, os quais dão origem a duas possibilidades: (i) línguas que podem optar pela realização fonética ou nula do sujeito (+pro-drop), como o português e o espanhol, e (ii) línguas em que o sujeito tem realização fonética obrigatoriamente (-pro-drop), como o francês e o inglês.

A aquisição da língua é o resultado da interação das condições internas, ou seja, o *estado inicial* da faculdade de linguagem com o *input*, os dados externos, a que é exposto o aprendiz. A marcação paramétrica depende da exposição a uma dada língua, e se forma até o momento em que se completa a aquisição da L1, alcançando-se o estado final.

A mudança lingüística, que dá origem a variação translingüística, está associada ao processo de aquisição. Os dados a que são expostos os ouvintes em processo de aquisição de uma língua mudam de geração para geração, criando novas condições para a aquisição e, conseqüentemente, a fixação de novos valores paramétricos, o que remete à construção de uma nova gramática. Com o passar do tempo, as inovações se difundem, como categorias gramaticalizadas o que pode dar origem a um processo de competição entre gramáticas. Os valores inovadores dos parâmetros são abruptamente fixados (não obstante os efeitos das mudanças serem constatados gradualmente) por meio de um processo que envolve sucessivas mudanças de freqüência de construções, reanálise dessas construções e a ocorrência categórica de uma forma em detrimento de outra.

Assim a gramática gerativa apresenta explicações sobre mudança e variação lingüística a partir da interação dos dois tipos de propriedades inatas fornecidas pela gramática universal: os *princípios* universais e invariantes que permeiam todas as línguas e o conjunto de *parâmetros*, de valores binários, previstos, mas não fixados, responsáveis por determinar as especificidades, de acordo com a exposição aos dados de uma língua. Na diacronia, os parâmetros, quando refixados, levam às mudanças lingüísticas.

Para a Gramática Gerativa, a gramática de uma língua é então composta pelo resultado da interação entre os princípios gerais que regem as línguas e os parâmetros particulares que as diferenciam.

1.2.2 O Programa Minimalista

O Programa Minimalista traz uma versão mais recente do modelo de *Princípios e Parâmetros*. (cf. CHOMSKY, 1995, 2001; HORNSTEIN; NUNES; GROHMANN, 2005). Nesse construto teórico, a arquitetura da Faculdade da Linguagem compõe-se de duas partes: um *léxico*, de onde os itens que formarão as sentenças são retirados, e um sistema computacional, responsável por formar expressões a partir dos itens lexicais. Pela interação desses dois componentes, a informação é enviada para os sistemas de performance com os quais a língua apresenta interface, a saber, o *sistema articulatório-perceptual* (A-P) e o *sistema conceptual-intencional* (C-I). Esses sistemas têm como tarefa formar pares de objetos com propriedades fonéticas e semânticas, que serão enviados para os níveis de interfaces. A *Forma Fonética* (PF) é o nível de representação que faz interface com o *sistema articulatório-perceptual*. A *Forma Lógica* (LF) é o nível da interface com o *sistema conceptual-intencional*.

Para o Programa Minimalista as diferenças que as línguas possuem estão situadas nas especificidades dos itens lexicais, responsáveis pela ativação das operações computacionais. Os itens lexicais são apresentados como um conjunto de traços fonéticos, semânticos e formais, a serem interpretados pela forma fonética e pela forma lógica. Os traços formais são utilizados na derivação realizada pelo sistema computacional

Um dos princípios de economia propostos pelo Programa Minimalista é o princípio de *Interpretação Plena* (*Full Interpretation* - FI). Segundo esse princípio, só os traços interpretáveis em cada interface podem ser enviados pela computação para os módulos que fazem interface com a faculdade de linguagem. Por exemplo, a forma fonética (PF) é responsável apenas pelo comportamento dos traços fonéticos, e a forma lógica (LF) apenas pelos traços semânticos. Um traço não interpretável que tenha sido enviado a um desses níveis após a computação faz com que a derivação fracasse. Isso demonstra uma condição de legibilidade necessária a que a Faculdade de Linguagem se submete.

Na derivação de uma sentença, o primeiro passo é a seleção de itens lexicais para a *numeração*. A partir de uma *numeração dada a uma seleção de itens lexicais* a computação pode construir objetos sintáticos. Essa construção se dá por meio das operações *selecionar* (*select*), responsável por retirar itens de *numeração enviando* para

a derivação; a operação *compor* (*merge*), que agrega itens aos pares e, recursivamente, transforma-os em um novo objeto sintático e, por fim, a operação *mover* (*move*), responsável por deslocar objetos sintáticos já formados para um alvo K, formando um novo objeto.

Outras operações também são importantes na realização das sentenças de acordo com a visão do Programa Minimalista. Há a operação *Spell-out*, que atua retirando os traços fonéticos da derivação para envio à forma fonética (PF), onde a sentença receberá uma representação fonética. O restante é enviado para a interpretação semântica na forma lógica (LF).

As propriedades paramétricas que diferenciam as línguas estão, assim, por essa concepção, situadas nas propriedades morfológicas dos itens lexicais, mais especificamente, dos itens funcionais do léxico.

1.2.3 Mudança, variação e gramaticalização

De acordo com a Teoria Gerativa, a capacidade de adquirir uma língua, é inata tendo como base os requisitos presentes na Gramática Universal (GU). A GU é composta por princípios gerais a todas as línguas e parâmetros responsáveis pela particularização das diferentes línguas. Com base nisso, a criança teria disponível uma gramática que determinaria o valor dos parâmetros e, assim, formar a gramática de uma língua.

A mudança lingüística, nessa perspectiva, relaciona-se à transmissão imperfeita de dados que constroem os parâmetros durante o processo de aquisição de língua. Por diversos fatores, os dados que marcariam a fixação de parâmetros não seriam expostos de forma sólida, permitindo, como resultado, que um grupo de falantes estabeleçam uma fixação paramétrica inovadora. A co-ocorrência e a concorrência das formas fará com que a próxima geração de aprendizes seja, em média, menos exposta aos dados necessários para fixar a antiga marcação do parâmetro. Dessa forma, se propicia o contexto de ocorrência da mudança.

A perspectiva da mudança está, de acordo com essa abordagem, associada a distinção entre dois tipos de categorias: as lexicais (nome, verbo, adjetivo e preposição), que compreendem as palavras de conteúdo, usadas para designar coisas, ações e

qualidades, e as categorias funcionais ou gramaticais, que têm função estrutural, responsáveis por estabelecer relações entre palavras, orações e enunciados. As palavras gramaticais são vistas como extensões das palavras lexicais. O processo de gramaticalização ocorre com a mudança de um item de categoria, que passaria de lexical para gramatical. A mudança lingüística consistiria em alterações nas propriedades das categorias funcionais.

Ainda sobre *gramaticalização*, no que diz respeito à manifestação das inovações nas comunidades lingüísticas, são observadas transições graduais, que vão indicar a difusão dessas inovações. Do ponto de vista da inovação no nível da aquisição, a mudança é, porém, abrupta. O aprendiz/a criança, ao ter acesso aos dados, e sendo o parâmetro subespecificado (ou ambíguo), faz a refixação, o que essencialmente consiste em atribuir um novo valor ou novas propriedades formais às categorias envolvidas, entre as quais pode ocorrer a reanálise de um item lexical como gramatical.

A análise das diferenças paramétricas entre o português europeu e o português brasileiro apresenta variações na expressão gramatical do modo imperativo. A hipótese é a de que o PB desenvolveu parâmetros diferentes quanto à realização do modo imperativo. O questionamento feito no presente estudo sobre a formação do imperativo no português do Brasil busca analisar que diferenças são relevantes para a reclassificação do PB diante da classificação tradicional, que corresponde ao PE, tomado como representativo do sistema lingüístico utilizado em períodos históricos anteriores. Além disso, busca-se demonstrar que as inovações na sintaxe modo imperativo no PB estão relacionadas à sintaxe da negação, com implicações para outras mudanças, como a o sincretismo morfológico verbal das formas de 2^a e 3^a pessoas, a sintaxe do sujeito e a sintaxe dos clíticos.

Na tradição normativa gramatical estritamente brasileira, o PB já é classificado como língua parcialmente de imperativo verdadeiro (cf. Cegalla 1991:166-167; Bechara 1999: 236-237). As descrições encontradas nos manuais tradicionais. No entanto, consideram apenas a modalidade padrão, não demonstrando os fatos encontrados nos dados obtidos por meio da investigação sociolingüística. Por meio do estudo da língua em contextos de uso, considerando-se suas variedades, o português brasileiro apresenta características peculiares quanto à manifestação do modo imperativo.

Essas características diferem da análise tradicional, por apresentar propriedades específicas no funcionamento do modo imperativo no português brasileiro. Uma das principais diferenças entre os registros gramaticais tradicionais e os dados do vernáculo

encontrados nas pesquisas (cf. Scherre et al (2007); Scherre (2004); Cardoso (2009)) é a tripla possibilidade de negar sentenças formadas com o imperativo. A análise das possibilidades da negação sentencial em contextos de imperativo é um dos objetivos principais do desenvolvimento desse trabalho.

1.3. Aspectos descritivos e problematização

1.3.1. Caracterização translinguística do modo imperativo

A literatura gramatical de orientação gerativa traz em seus registros que as línguas podem realizar de duas formas diferentes a oração imperativa. Uma delas é caracterizada por uma forma verbal própria ao modo imperativo, denominada *imperativo verdadeiro*. A outra não é específica ao modo imperativo, sendo realizada com formas advindas de outras formas verbais, como o subjuntivo e o indicativo, bem como de formas infinitivas ou gerundivas. A análise das línguas que apresentam uma forma própria ao modo imperativo identifica ainda dois grupos, em virtude de seu comportamento sintático. Assim, seguindo exposição em Rivero (1994) e Rivero & Terzi (1995), línguas que apresentam um paradigma imperativo próprio e sintaxe imperativa própria (como o espanhol) são classificadas como *Classe I* e línguas que apresentam um paradigma imperativo próprio, mas não apresentam uma sintaxe imperativa própria (como servo-croata, búlgaro e grego antigo) como *Classe II*.

Quadro 1 – Características das línguas de imperativo verdadeiro

Classe I	Classe II
<p>Imperativo próprio + sintaxe imperativa própria.</p> <p>A forma própria não pode ser negada, apenas a forma supletiva.</p> <p>O clítico vem em posição de ênclise no imperativo, mas no indicativo e subjuntivo ocorre em posição anterior, ou seja, em próclise.</p>	<p>Imperativo próprio sem sintaxe imperativa própria</p> <p>O imperativo pode ser negado nas duas formas.</p> <p>Ordem clítico/verbo é única para qualquer modo, sempre na segunda posição.</p>

Os exemplos a seguir demonstram o comportamento das línguas classificadas como Classe I. Eles fazem parte do grupo de exemplos apresentados em Scherre et al (2007, p. 199-202), que foram adaptados para a forma singular, com base no quadro apresentado por Rivero (1994, p. 92) para o espanhol castelhano, o búlgaro e o servo-croata; e nos dados de Rivero & Terzi (1995, p. 304) para o grego moderno.

Os exemplos (1a) e (1b) representam a forma imperativa verdadeira, com morfologia distinta do modo indicativo, que não pode ser negada. A negação torna a sentença agramatical. Nega-se apenas a forma supletiva, expressa pelo presente do subjuntivo e pelo infinitivo, nos exemplos de (3a) e (3b)¹

Imperativo verdadeiro

(1) a. Lee!

Ler.IMP.2P

(Espanhol Castelhana)

‘Lê!’

b. *No lee!

NEG *ler*.IMP.2P

(2) a. Diavase!

ler-IMP-2P

(Grego moderno)

‘Lê!’

b. *Den mi diavase!

NEG *ler*.IMP.2P

Imperativo supletivo

(3) a. No leas!

NEG *ler*.IMP.2P

(Espanhol Castelhana)

‘Não leias!’

b. No ler!

NEG *ler*.INF.2P

‘Não ler!’

¹ As siglas utilizadas na apresentação dos exemplos são: IMP = imperativo, IND = indicativo, INF = infinitivo, NEG = negação, PRES = presente, S= singular, SUBJ = subjuntivo, 2 = segunda pessoa. Essas siglas são parte do trabalho de Scherre et al (2007).

(4) Den diavases!

NEG ler.PRES/IND.2P

(Grego moderno)

‘Não leias!’

Indicativo

(5) Tu lees!

Tu ler.PRES/IND.2P

(Espanhol Castelhana)

‘Tu lê’s!’

(6) Diavases!

(Grego moderno)

Ler.PRES/IND.2P

‘Tu lê’s!’

Os exemplos de (7) a (10) demonstram a diferença de realização do clítico em relação ao verbo, de acordo com o modo presente nas sentenças. No imperativo, o clítico ocorre em posição posterior ao verbo (ênclise) e nos modos indicativo e subjuntivo o clítico vem antes do verbo (próclise). Dessa forma os dados que formam o paradigma que constitui as línguas que pertencem à *Classe I* contrastam com os dados que representam as línguas da *Classe II*.

Imperativo verdadeiro

(7) a. Léelo!

Ler.IMP=2Pclítico

(Espanhol Castelhana)

‘Lê-o!’

b. *Lo lee!

clítico ler-IMP-2P

(8) a. Diavase to!

Ler.IMP=2P clítico

(Grego moderno)

‘Lê-o!’

b. *To diavase!

clítico ler=IMP.2P

Indicativo

(9) a. Lo leiste!

2P=ler.IND.2P

(Espanhol Castelhana)

‘Tu o lê!’

b. *Leistelo!

Ler.IND.2P

(10) a. To diavases

clítico ler.IND.2P

‘Tu o leste!’

(Grego moderno)

b. *Diavases to!

Ler.IND=2P clítico

Os exemplos em (11) e (12) demonstram a possibilidade da negação da forma verdadeira do imperativo, a seguir, o que caracteriza línguas da *Classe II*.

Imperativo verdadeiro

(11) a. Ceti

Ler.IMP.2P

(Búlgaro)

‘Lê!’

b. Ne ceti

NEG ler.IMP.2S

‘Não lê!’

(12) a. Citaj!

Ler.IMP.2P

(Servo Croata)

‘Lê!’

b. Ne citaj!

NEG ler.IMP.2P

‘Não lê!’

Indicativo

(13) Cetes!

Ler.PRES.2P

(Búlgaro)

‘Tu estás lendo!’

(14). Citas!

(Servo Croata)

Ler.PRES.2P

‘Tu estás lendo!’

A ordem entre clítico e verbo também contrasta com os dados das línguas de Classe I. Nos exemplos de (15) a (18), percebe-se que a realização do clítico é única independentemente do modo verbal, ocupando sempre a posição de ênclise, em função de uma exigência prosódica da língua, de acordo com Rivero (1994:92;109;106):

Imperativo

(15) Ceti ja!

Ler.IMP=2P clítico

(Búlgaro)

‘Lê-o!’

(16) Citaj je!

Ler.IMP=2P clítico

(Servo Croata)

‘Lê-o!’

Indicativo

(17) Cetes ja!

Ler.PRES=2P clítico

(Búlgaro)

‘Tu estás lendo-o!’

(18) Citas je!

(Servo Croata)

Ler.PRES=2P clítico

‘Tu estás lendo-o!’

Ao contrastar as línguas da *Classe I* com as línguas da *Classe II*, pretende-se nesse trabalho analisar dados do português brasileiro e do português europeu quanto às características presentes nos dois tipos de classes, no intuito de aplicar a essas línguas a classificação adequada a cada uma.

1.3.2 O imperativo no português europeu e no português brasileiro

1.3.2.1 O português europeu

O modo imperativo no português europeu padrão, de acordo com Cunha & Cintra (1985: 464-471) e Mateus et al. (2003:449-460), apresenta duas características do imperativo verdadeiro, o que permite identifica-lo como uma língua da Classe I. A primeira característica é a existência de uma morfologia específica na expressão desse modo, distinguindo-se do modo indicativo.

Morfologia própria ao modo imperativo x indicativo

(19) a. Diz tudo! (imperativo, 2ª pessoa, singular)

b. Dizes tudo. (indicativo, 2ª pessoa, singular)

A outra característica é a ocorrência do imperativo verdadeiro exclusivamente em frases afirmativas, sendo agramatical a negação de sentenças com imperativo verdadeiro. Para a negação, assim como no grego moderno e no espanhol castelhano, a opção é o uso da forma supletiva (associada ao modo subjuntivo):

(20) a. *Não diz a verdade! (NEG + imperativo verdadeiro)

b. Não digas a verdade! (NEG + imperativo supletivo)

c. Não dizes a verdade! (NEG + indicativo)

Em relação aos clíticos, o português europeu apresenta comportamento único, mas não exclusivo às sentenças imperativas: a posição é enclítica em todas as construções em que o verbo está na primeira posição. Uma forma de analisar essa restrição é considerar que tal fenômeno se deve a “um padrão geral relacionado à direcionalidade do apoio rítmico das cadeias pretônicas no português europeu, que são

associadas a elementos precedentes ou à esquerda no fluxo do discurso” (CARVALHO, 1989, p.432-433 *apud* SCHERRE ET AL., 2007).²

(21) a. Diga-me a verdade!

b. *Me diga a verdade!

Em resumo, o modo imperativo no português europeu apresenta uma forma própria, com morfologia distinta dos modos indicativo e subjuntivo. Também é caracterizado por uma sintaxe imperativa própria, em virtude de a negação não poder ser aplicada à forma própria do imperativo. O uso do clítico em segunda posição, ou seja, em ênclise, também denota o mesmo padrão das línguas de *Classe I*, embora essa posição não seja restrita ao modo imperativo, sendo também aplicada ao indicativo e ao subjuntivo, o que difere da padronização das línguas de *Classe I* observadas, sendo, por outro lado, semelhante às línguas de *Classe II*.

1.3.2.2 O português brasileiro

Conforme mencionado anteriormente, em consonância com Scherre et al. (2007: 203), a tradição gramatical estritamente brasileira, representada por Cegalla (1991: 166-167) e Bechara (1999: 236-237), tendo em vista os aspectos morfológicos e a sintaxe da negação, classificam o português brasileiro como PARCIALMENTE uma língua de imperativo *verdadeiro* de *Classe I*. De acordo com esses autores, o português brasileiro apresenta uma forma própria para a expressão do modo imperativo, além de não negar o imperativo verdadeiro, valendo-se do subjuntivo como forma supletiva. Nesse sentido o português brasileiro se aproxima das línguas de imperativo verdadeiro de Classe I, bem como do PE. Entretanto o PB não apresenta sintaxe específica quanto à posição dos clíticos em relação ao verbo, permitindo clíticos na posição inicial absoluta em orações imperativas³ e não-imperativas, diferentemente do PE, em que a ênclise no modo imperativo afirmativo é obrigatória.

² Existem inúmeras abordagens que discutem as mudanças observadas na sintaxe de pronomes objeto no português brasileiro. Não é objetivo deste estudo examinar tal fenômeno, o que nos leva a deixar em aberto a discussão quanto à proposta de Carvalho (1989), acima referida.

³ Conforme mencionado anteriormente, de acordo com a hipótese de Carvalho (1989: 432-433), a distribuição do clítico está associada ao padrão prosódico do português, que estabelece ligação do clítico com elementos pospostos ou à direita, enquanto no português europeu a impossibilidade dessa ocorrência

- (22) a. Me desculpe/desculpa se falei demais.
b. Me arrepio todo!

Ao fazerem essas considerações, os autores levam em conta apenas a realização da língua enquadrada nos moldes normativos tradicionais. A análise da língua falada traz dados distintos dos que são apresentados nos compêndios gramaticais. Dados do vernáculo do PB demonstram que não há diferenças quanto à morfologia aplicada ao modo imperativo e ao modo indicativo:

- (23) a. **Faz** a comida bem quente!
b. **Traz** o menino pra casa! (imperativo)
c. A menina **faz** a comida bem quente.
d. O pai **traz** o menino para a casa. (indicativo)

Como se pode perceber em (22) e (23), o português brasileiro difere do português europeu em pelo menos dois pontos em relação à classificação de língua de imperativo Classe I. Assim, a existência de uma forma específica à expressão do modo imperativo, conforme proposto pelos representantes da tradição normativista no português brasileiro deve ser, ao menos, questionável.

A próxima seção é dedicada a apresentar relações de interação no discurso no PE e no PB, demonstrando-se que as variedades orais do PB não manifestam os mesmos padrões de realização do PE, sendo esse contraste associado à reanálise do sistema pronominal, a qual tem sido considerada um fator relevante no desenvolvimento do modo imperativo do PB, com implicações para a classificação proposta por Rivero (1994).

1.3.3 Relações interacionais discursivas e a distribuição das formas do imperativo no português europeu e no português brasileiro

Conforme amplamente mencionado na literatura, o português europeu e outras línguas, como o espanhol castelhano, expressam o imperativo verdadeiro, em oposição

se dá devido ao apoio rítmico das cadeias pretônicas. Deixamos para trabalho futuro a discussão acerca das condições que determinam a manifestação dos clíticos no PB e no PE.

à forma supletiva, levando em conta razões ligadas à interação discursiva, na medida em que está associada à pessoa do discurso. Com o objetivo de caracterizar o contraste entre o português europeu e o português brasileiro, em relação ao uso do imperativo, Faraco (1986, 1996, *apud* Scherre (2008)) desenvolve ampla discussão acerca das formas de tratamento no português brasileiro e de sua evolução como formas pronominais, atribuídas às transformações na estrutura da sociedade brasileira. Assumindo tal perspectiva, Scherre (2008) observa que, nessas línguas, as relações interacionais com menor distanciamento são formadas com o uso do imperativo verdadeiro, que é o contexto discursivo do pronome *tu*, o qual é caracterizado por traços da morfologia verbal em contextos de orações não-imperativas, e também pelo uso do pronome possessivo *teu*.

(24) Junta-te ao clube!

Quando a relação interacional ocorre com maior distanciamento, utiliza-se o imperativo supletivo, situado discursivamente no contexto do pronome *você*. Nessa ocorrência o verbo não manifesta traços morfológicos típicos das orações imperativas, e o pronome possessivo correspondente é o de terceira pessoa gramatical. Além disso, identifica-se a presença de vocativos que denotam menos intimidade.

(25) Poupe 50%.

Enquanto a associação entre as formas de imperativo está ligada aos contextos de maior ou menor distanciamento dos interlocutores no português europeu, o português brasileiro, de acordo com dados da pesquisa de Scherre (2008), não parece apresentar uma relação estrita entre o uso das formas de imperativo e os contextos de menor ou maior distanciamento.

Em Cardoso (2009), a hipótese de que a alternância das formas de imperativo independe do tipo de contexto interacional é retomada, propondo-se, então, que uma das possíveis razões é o processo de reanálise do sistema pronominal no português brasileiro, em que a forma de tratamento *você* é gramaticalizada como pronome de segunda pessoa. Tal categoria seleciona a forma verbal da terceira pessoa, o que causa uma confluência das formas verbais de segunda e de terceira pessoa.

- (26) a. Tu fazes – Pron. 2ªPS + V 2ªPS
 b. Ele faz – Pron. 3ªPS + V 3ªPS
 c. Você faz – **Pron. 2ªPS + V 3ªPS**

O resultado dessa confluência é o uso do pronome *você*, situado no contexto discursivo de segunda pessoa do singular, sendo utilizado com a forma verbal da terceira pessoa do singular. Assim, aplicando essa observação aos exemplos a seguir, depreende-se das manifestações de imperativo no português brasileiro uma situação de sincretismo morfológico entre as formas do imperativo e do indicativo, sem realização de uma forma própria de expressão do modo imperativo.

- (27) Senta aqui perto, pai! (imperativo)
 (28) O pai/ Você senta perto do menino. (indicativo)

Diante do sincretismo morfológico, Scherre et al. (2007) levantam a hipótese de que a ocorrência da variante associada ao indicativo em variação a forma associada ao subjuntivo permite afirmar que existem duas formas supletivas no paradigma do imperativo supletivo no português brasileiro. Ao considerar a possibilidade de que o português brasileiro não possui uma forma própria à expressão do imperativo, é importante descrever o comportamento sintático desse modo no português brasileiro, uma vez que se distingue do português europeu, que, como mencionado anteriormente, demonstra características de uma língua de imperativo verdadeiro *Classe I*. A descrição dos fenômenos sintáticos relativos ao funcionamento do modo imperativo no português brasileiro pode indicar um processo de mudança lingüística, apontando para mais um parâmetro de diferenciação entre o português europeu e o português brasileiro.

Na próxima seção, examinaremos com mais detalhe a manifestação das formas do imperativo no português brasileiro em relação à sintaxe da negação.

1.3.4 A formas do imperativo e a sintaxe da negação no português brasileiro

Conforme mencionado na seção anterior, diferentemente do que é observado nos dados do português europeu, no português brasileiro, ambas as formas verbais do

imperativo podem ser negadas, embora haja condições distribucionais quanto à manifestação das variantes, como, por exemplo, a posição da negação.⁴

(29) Ei, não tira essas bolas do armário!

(30) Não pule, é perigoso!

(Scherre et al., 2007, p. 212)

Nesse aspecto o português brasileiro se distingue mais uma vez do português europeu e do espanhol castelhano, classificadas como línguas de *Classe I*, em que não é possível negar o imperativo verdadeiro, conforme mencionado anteriormente.

A sintaxe da negação apresenta ainda outro aspecto em relação à manifestação das formas do imperativo. Zanuttini (2005) demonstra que há correlação entre as estratégias de negação das línguas e a possibilidade de negar o imperativo verdadeiro: línguas com negação pré-verbal não negam o imperativo verdadeiro; enquanto línguas com negação pós-verbal negam o imperativo verdadeiro.

(31) *Den mi diavase! (Grego Moderno)

NEG *ler*.IMP.2P

(32) Ne citaj! (Servo-Croata)

NEG *ler*.IMP.2P

‘Não leia!’

É interessante refletir sobre o português brasileiro falado diante desses padrões translinguísticos. O português brasileiro apresenta três estratégias de negação, inclusive em sentenças imperativas: a negação pré-verbal, a negação pós-verbal e a dupla negação (cf. FURTADO DA CUNHA, 2001; ALKMIN, 2002; RAMOS, 2006).

Partindo do estudo de Cardoso (2004), Scherre et al. (2007) observam que as formas variantes do imperativo no português brasileiro ocorrem com os diferentes tipos de negação – pré-verbal, dupla negação e pós-verbal, conforme ilustrado em (33).

(33) a. Ei, não tira essas goiabas! NEG +V

⁴ Algumas restrições podem ser citadas como: favorecimento do imperativo associado ao indicativo no contexto dos pronomes *tu/teu/te* e da dupla-negação e da negação pós-verbal; favorecimento do imperativo associado ao subjuntivo no contexto do pronome *você* e da negação pré-verbal (cf. Scherre et al. 2007, Cardoso (2009)).

b. Não pule, é perigoso!	Neg-V
c. Faz isso não, homem de Deus!	V-Neg
d. Faça não, deixe disso!	V-Neg
e. Não faz isso comigo não!	Neg-V-Neg
f. Não falte não!	Neg-V-Neg

(SCHERRE ET AL.,2007, 213)

Scherre et al. (2007) apontam que, de acordo com estudos variacionistas, as construções imperativas negativas favorecem o uso da forma associada ao subjuntivo e as construções imperativas afirmativas favorecem o uso da forma associada ao indicativo. Também afirmam que a negação pré-verbal favorece o uso do imperativo supletivo, mas a negação pós-verbal e a dupla negação favorecem o uso do imperativo associado ao indicativo.

1.4 Variação e mudança no imperativo no português brasileiro

1.4.1 Fatores linguísticos associados à variação

Nesta seção, apresentam-se resultados de estudos sociolinguísticos acerca da variação no uso das formas verbais do imperativo no português brasileiro com o objetivo de investigar o papel dos fatores linguísticos e extra-linguístico no uso variável dessas formas verbais.⁵ Para tanto, tomamos como referência os textos Scherre (2003), Scherre et al. (2007) e Cardoso (2009), em que são apresentados fatores como a reanálise do sistema pronominal, na relação com o contexto discursivo, a polaridade da sentença, bem como o papel do paralelismo sintático no processo de variação linguística.⁶

⁵ Além da contribuição seminal de Carlos Alberto Faraco aos estudos sobre o imperativo no português brasileiro, em sua tese de doutorado, e retomados em Faraco (1986, 1996), constam os estudos desenvolvidos por Maria Marta Pereira Scherre, e colaboradores, cujos resultados, alguns deles já referidos, são apresentados nesta dissertação, considerando-se os objetivos traçados para a pesquisa. Nesta seção, buscamos sistematizar aspectos relativos aos condicionamentos estruturais/ linguísticos da distribuição das formas variantes do imperativo no português brasileiro, tomando por referência os textos Scherre et al. (2007) e Cardoso (2009), em que são apresentadas sínteses de estudos prévios, aos quais serão feitas referências por citação indireta, tendo em vista que nem sempre foi possível ter acesso ao texto original, seja pela premência do tempo, seja pelo interesse em tornar a discussão mais objetiva em relação aos pontos a serem enfatizados.

⁶ Questões relacionadas aos aspectos fonológicos não serão consideradas. Por indicação de Marta Scherre (c.p.), remetemos o leitor ao estudo Scherre et al. (1998) Evidence from the Imperative in Brazilian

Scherre (2003) parte da observação de que, no português brasileiro contemporâneo, o uso do imperativo gramatical pode variar, no mesmo contexto discursivo, entre duas formas: o imperativo associado ao indicativo, com formas do tipo ‘fala’, ‘abra’, ‘faz’ e o imperativo associado ao subjuntivo, com formas como ‘fale’, ‘abra’, ‘faça’. O estudo orienta-se para textos de revistas em quadrinhos, em que se verifica a ocorrência do discurso direto e uma incidência maior de frases imperativas. No estudo dos condicionamentos lingüísticos, a autora constata a relevância de fatores como a polaridade da sentença, a presença de pronomes, presença/ausência de vocativos, além de fazer referência a fatores dialetais.

De fato, estudos mostram que existem condicionamentos geográficos para a ocorrência das formas variáveis do imperativo: nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e em parte da região Sul, predomina o uso do imperativo associado ao indicativo, enquanto na região Nordeste, em cidades como Salvador, João Pessoa, Recife e Fortaleza predomina o uso do imperativo associado ao subjuntivo (cf. Sampaio 2001, citado por Scherre 2003; Alves, 2001; Jesus, 2006; Cardoso, 2006, citados por Cardoso, 2009). No entanto, Cardoso (2009) retoma essa questão, ressaltando que os estudos evidenciam que já existe uma leve tendência de aumento na frequência de uso do imperativo associado ao indicativo em regiões onde predomina o uso do imperativo associado ao subjuntivo.⁷

Conforme observado por Cardoso (2009), um aspecto interessante é que as pesquisas sobre a variação do imperativo no português brasileiro têm revelado que a alternância entre as formas variantes não tem correlação clara com a presença dos pronomes ‘tu’ ou ‘você’ no contexto discursivo, inversamente ao que se observa no português europeu, em que a presença desses pronomes marca traços de [+] ou [-] distanciamento (cf. Cardoso, 2004; Lima, 2005; Jesus, 2006, citados por Cardoso, 2009). Ampliando a investigação a respeito dos fatores lingüísticos que motivam a variação no uso do modo imperativo no PB, Cardoso (2009) acrescenta fatores como a mudança na sintaxe dos clíticos, além de retomar com mais detalhe a questão da

Portuguese. In: (orgs) PARADIS, C. et alii. *Papers in Sociolinguistics*. NWAVE26 à l'Université Laval (Québec): Nota Bene, p. 63-72. Agradecemos à Profa. Marta Scherre a indicação desse texto, além de outros que estão citados indiretamente nesta seção, os quais serão consultados em estudos futuros.

⁷ Cardoso (2009) faz essas considerações com base em Jesus (2006), em pesquisa com dados de Recife. Na análise de Jesus (2006) a tendência de aumento na frequência de uso do imperativo associado ao indicativo se dá em função da faixa etária e do aumento da escolaridade: os mais novos e os mais escolarizados tendem a usar mais o imperativo associado ao indicativo.

reanálise do sistema pronominal (redução do paradigma verbal), a sintaxe da negação, a presença/posição de elementos pronominais na estrutura do discurso.

Passamos a discuti-los separadamente. Em relação ao paralelismo discursivo, Cardoso (2009) afirma que consiste em identificar, em uma sequência de orações, a interferência de uma forma precedente sobre a forma subsequente. Segundo a autora, os resultados mostram que há um condicionamento linguístico no plano do discurso motivado pelas formas precedentes, ou seja, o uso do imperativo associado ao indicativo numa sequência discursiva favoreceria o emprego de outra forma associada ao indicativo. Da mesma forma, o uso do imperativo associado ao subjuntivo favoreceria outra forma subjuntiva. A outra variável selecionada é denominada “polaridade da estrutura”. Ela envolve três aspectos: a polaridade afirmativa e negativa da estrutura; a presença ou a ausência de pronomes no contexto e o tipo de pronome: *tu/teu* ou *você/seu* no contexto. Por meio dessa variável, verifica-se a relação entre o registro da tradição gramatical para o imperativo afirmativo e negativo, e o uso na língua falada e escrita. As pesquisas demonstram diferentes percentuais em relação ao uso das formas variáveis, no uso das estruturas afirmativas e negativas.

Os exemplos a seguir, extraídos de Cardoso (2009: 41), ilustram a variação em relação ao registro da tradição gramatical: em (34), vê-se uma estrutura afirmativa com o uso de imperativo na forma indicativa em contexto de pronome *você*. O exemplo (35) apresenta a negação sentencial com o uso do imperativo na forma indicativa.

(34) – DEIXA eu ver – disse ele procurando-me na sombra. (exemplo de língua escrita, retirado de Veiga, 1998:83)

(35) Não ATRASA a boiada. (exemplo de língua escrita, retirado de Veiga, 1994:152)

A esse respeito Cardoso (2009:41) comenta:

“Essa alternância no uso de imperativo associado ao indicativo e de imperativo associado ao subjuntivo em estruturas imperativas afirmativas e negativas acontece tanto na fala quanto na escrita (...) Contudo, a tendência verificada é de imperativo afirmativo favorecendo mais o uso de formas como ‘leva’, ‘faz’, ‘vem’ e imperativo negativo favorecendo mais formas como ‘leve’, ‘faça’, ‘venha’. Segundo Scherre

(2003:180), esse efeito evidencia paralelismo semântico, visto que o uso do subjuntivo está associado ao modo *irrealis*, combinando-se mais com a polaridade negativa”.

Cardoso (2009) apresenta então a análise de Sampaio (2001), com dados do Rio de Janeiro, cidade em que predomina o uso de imperativo associado ao indicativo. Em média, em 94% dos casos, a polaridade negativa da estrutura favorece o uso de imperativo associado ao subjuntivo. Em estruturas afirmativas, os resultados de Sampaio (2001) mostram 95% de uso do imperativo associado ao indicativo. Já em estruturas com a negação, o percentual cai para 78%. Assim, para Sampaio (2001), essa tendência ocorre por causa da possibilidade de preenchimento do sujeito, como poderia ocorrer nos exemplos do par “*não jogue/não joga*”, *sendo que* o segundo exemplo permite a possibilidade da leitura “*você não joga*”.

Outra variável citada por Cardoso (2009) está relacionada ao tipo, à posição e à pessoa dos pronomes oblíquos. A presença do pronome oblíquo ‘se’ ou ‘me’ depois do verbo favoreceria categoricamente o uso do imperativo na forma subjuntiva, como ocorre em “cale-se”. De acordo com a análise da autora, isso ocorre porque o uso de imperativo associado ao indicativo – como em “cala-se” levaria ao preenchimento de um sujeito de 3ª pessoa, deixando de assegurar uma leitura imperativa. Por outro lado, a mudança de posição do pronome para antes do verbo favorece o uso variável do imperativo, visto que não bloqueia a leitura imperativa, conforme ocorre em “se coloca no meu lugar”. A análise de Cardoso (2009) nesse ponto não leva em consideração que o preenchimento da posição de sujeito não bloqueia a leitura imperativa, mas apenas favorece uma leitura declarativa.

Outros resultados em relação ao tipo e à posição de pronomes são comentados pela autora.⁸ O pronome oblíquo ‘me’ proclítico ou ausência de pronome favoreceriam o uso de imperativo associado ao indicativo, como em (36). Já o pronome oblíquo ‘se’ proclítico favoreceria uso do imperativo associado ao subjuntivo. Isso ocorreria pela possibilidade de perda da leitura imperativa (37).

(36) – Me DIZ uma coisa – Disse Simão interrompendo. (VEIGA, 1995:54)

(37) E se VISTA para o cemitério se tiver vontade de fofocar.

⁸ Cardoso (2009:42) Exemplos retirados de NURC/RE citado por Jesus (2006))

Cardoso (2009) cita a análise de Scherre (2003), que afirma que além da possibilidade da perda da leitura imperativa das sentenças, caso o verbo seja usado na forma associada ao indicativo, nos casos descritos acima, há outro aspecto a ser considerado para a interpretação da variável que analisa os clíticos: a coexistência de formas que refletem momentos linguísticos diferentes. O fato de pronomes oblíquos enclíticos favorecerem o imperativo associado ao subjuntivo mostra um reflexo da língua portuguesa falada em outro momento no Brasil. Já o uso de clítico na forma de pronome pessoal do caso reto, conjugado ao uso do imperativo associado à forma indicativa, mostra o uso atual que se estabelece nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Nos dados de Scherre (2003), conforme Cardoso (2009), a ocorrência de pronome do caso reto depois do verbo em estruturas imperativas favorece categoricamente o imperativo na forma indicativa.

Entre as variáveis citadas, a polaridade da estrutura é a que mais reflete o interesse deste trabalho. Apresento a análise de Cardoso (2009) sobre a polaridade da estrutura e presença/ausência e tipo de pronome no contexto discursivo, visando identificar o efeito da polaridade da estrutura (afirmativa ou negativa) no uso do imperativo associado ao indicativo ou ao subjuntivo.

1.4.2 Imperativo negativo e a sintaxe de negação no português brasileiro

Os resultados apresentados por Cardoso (2009) mostram que há uma tendência de favorecimento no uso do imperativo associado ao indicativo em estruturas afirmativas, enquanto, em estruturas negativas, essa associação é desfavorecida. A análise mostra também a tendência em relação à presença do pronome ‘tu’, explícito no contexto discursivo, favorecer o uso de formas no indicativo (*leva, faz, vem*). Já a presença do pronome ‘você’ explícito no contexto discursivo favorece formas subjuntivas (*leve, faça, venha*). A ausência do pronome no contexto discursivo aumenta o percentual de imperativo associado ao indicativo. Além disso, a autora afirma que “*a presença do pronome ‘você’ e da negação polariza o efeito, ou seja, negação em contexto de você constitui o contexto de maior força desfavorecedora de imperativo associado ao indicativo*”.

A presença da negação sentencial na frase imperativa e a posição deste item na estrutura da sentença influenciam na distribuição das formas variáveis do imperativo no português brasileiro. Tanto o imperativo associado ao indicativo quanto o associado ao subjuntivo podem ser negados. No entanto, conforme mencionado anteriormente, a negação pré-verbal favorece o uso do imperativo associado ao subjuntivo, enquanto a dupla negação e a negação pós-verbal favorecem o uso do imperativo associado ao indicativo. Por outro lado, apenas a forma associada ao subjuntivo ocorre em estruturas com advérbios negativos como ‘nunca’ e ‘jamais’, em posição pré-verbal, como em (38) e (39). Uma interessante observação feita pela autora é que o uso do imperativo associado ao indicativo com esses advérbios não permite a leitura imperativa e impõe leitura assertiva, em função do sentido temporal expresso pelos advérbios, conforme ilustra (40) e (41).

(38) Jamais faça o dever.

(39) Nunca faça o dever.

(40) Jamais faz o dever.

(41) Nunca faz o dever.

(CARDOSO, 2009:123)

Esse fato confirma a tendência do português brasileiro de que a negação pré-verbal favorece o uso do imperativo associado ao subjuntivo (cf. Sampaio, 2001; Scherre, 2002, 2003; Cardoso, 2004).

(42) Não ATRASA a boiada.

(43) Não ENTRA no mar!

(44) Não DEIXE o jasmineiro da varanda do quarto morrer.

(Veiga, 1995: 24, apud Cardoso 2009:124)

No entanto, ao analisar as estruturas com negação pós-verbal e a dupla negação, Cardoso (2009) afirma que as pesquisas indicam que há a tendência de que a negação pós-verbal e da dupla negação favoreçam o imperativo associado ao indicativo em dados da língua falada.

(45) – FECHA não, Amâncio!(Veiga, 1997: 43)

(46) – Josia, Josia. Não MORRE não, Josia. (Veiga, 1994:143)

(47) – FIQUE assim não, Gemi. Ora essa! (Veiga, 1997: 47)

(48) – Não LIGUE para mim não, Za. (Veiga, 1997: 111)

(Veiga, 1995: 24 apud Cardoso 2009:125)

A autora chega à seguinte conclusão:

Considerando, contudo, o encaixamento linguístico da variação, em que a negação pós-verbal e a dupla negação favorecem o uso da forma do imperativo associado ao indicativo, confirma-se, em termos de tendência, a correlação entre a posição da negação e a distribuição das formas do imperativo, tal como formulada por Zanuttini. O fato de, no português brasileiro, a dupla negação se alinhar com a negação pós-verbal (e não com a pré-verbal), no que se refere à ocorrência da forma do imperativo associado ao indicativo, sugere que o fator determinante é a possibilidade de a negação ocorrer na posição pós-verbal – nesse sentido, pode-se considerar que a dupla negação no português brasileiro apresenta propriedades semelhantes à dupla negação no francês (ne...pas), em que se constata que o elemento dominante é a segunda posição.

(CARDOSO, 2009:127-128)

Cardoso (2009) ainda cita Ramos (2002) sobre a possibilidade de o ‘não’ pré-verbal ser realizado como ‘num’ em alguns dialetos estar associada a questões consideradas na hipótese de Zanuttini (1995), segunda a qual um item fonologicamente mais fraco é reforçado por uma forma plena de ocorrência pós-verbal.

Por fim, a possibilidade de negar a forma do imperativo associado ao indicativo é associada à hipótese de que o português brasileiro não tenha uma forma morfológicamente marcada para o modo imperativo – ou seja, o imperativo verdadeiro. A perda de morfologia própria é associada à inserção do pronome de tratamento ‘você’ no sistema pronominal brasileiro, como pronome pessoal de segunda pessoa, e à neutralização das formas verbais da terceira pessoa do singular do indicativo e da segunda pessoa do modo imperativo. No entanto, ainda observa que é necessário considerar também os resultados obtidos com as frases imperativas negativas, em que os percentuais observados demonstram que a oposição morfológica persiste, visto que a negação pré-verbal favorece o uso do imperativo associado ao subjuntivo e a negação pós-verbal e a dupla negação favorecem o uso do imperativo associado ao indicativo.

1.5 Considerações parciais

Este capítulo teve como objetivo apresentar o estudo sobre a interação entre o modo imperativo e a sintaxe da negação no PB. Para isso inicialmente buscou-se apresentar o quadro teórico que fundamenta a pesquisa: a teoria gerativa. Os pressupostos da teoria gerativa demonstram que a fixação dos valores paramétricos como os que serão estudados nessa pesquisa é realizada por meio de um mecanismo inato responsável pela aquisição da língua materna (L1): a GU (Gramática Universal). No sentido de se conhecer o funcionamento dos princípios e parâmetros na aquisição de L1, foram apresentados fundamentos do modelo do Programa Minimalista desenvolvido a partir de Chomsky (1995). Para o estudo sobre a variação paramétrica do modo imperativo no PB em relação ao PE, foram apresentados os trabalhos de Scherre et al. (2007) e de Cardoso (2009) contrastando-se as características concernentes à realização do modo imperativo no PB e no PE. Após a análise do modo imperativo nessas duas línguas, fica evidente que a compreensão sobre o funcionamento da sintaxe da negação no PB é fundamental para o estudo das propriedades formais das inovações que o modo imperativo desenvolveu no PB. No próximo capítulo serão apresentados estudos sobre a negação no âmbito da teoria gerativa, a fim de discutir o desenvolvimento da sintaxe da negação no PB.

CAPÍTULO 2

A NEGAÇÃO NA TEORIA GERATIVA

2.1 Objetivos do capítulo

É interesse deste trabalho, a partir deste ponto, analisar a sintaxe da negação nas sentenças imperativas no português brasileiro, em contraste com as sentenças com imperativo verdadeiro das línguas de *Classe I*. Através dessa análise, pretende-se compreender as diferenças do funcionamento do modo imperativo no PB em relação ao PE e as demais línguas de imperativo verdadeiro de Classe I. Nesse sentido busca-se investigar também como o sincretismo morfológico das 2ª e 3ª pessoas discursivas no português do Brasil afeta a estrutura sintática e, conseqüentemente, a classificação do português brasileiro em relação à codificação da modalidade imperativa. Além disso, propõe-se discutir por que motivo o imperativo verdadeiro das línguas de *Classe I* não aceita a negação. Em contrapartida, já que a sintaxe do imperativo no português brasileiro aceita a negação independentemente da forma que o verbo assume, busca-se verificar como se caracterizam estruturalmente as construções de imperativo no português brasileiro. Seria a variante associada ao indicativo uma forma verdadeira ou uma forma análoga ao indicativo, a ser considerada parte de um paradigma supletivo (juntamente com a forma associada ao subjuntivo)?

Para isso, primeiramente, será apresentada uma revisão de trabalhos sobre a negação e seu alojamento na estrutura sintática. Será apresentada a análise de Pollock (1989), que propõe a cisão da categoria IP em AgrP e TP, além de projetar estruturalmente a categoria funcional específica para os marcadores negativos, denominada NegP. Em seguida apresenta-se a proposta de Zanuttini (1995) a respeito das diferenças entre os marcadores negativos pré-verbais e pós-verbais. Passaremos então à proposta de Martins (1997), que diz respeito à existência de tipos diferentes de marcadores negativos no português brasileiro.

Para compreender a relação entre a negação e sentenças imperativas, a análise segue com a proposta de Rivero (1994), demonstrando-se que aspectos sintáticos restringem a ocorrência da negação em sentenças com imperativo verdadeiro. Em seguida, será apresentada a proposta de Han (1999), que questiona a análise de Rivero (1994) quanto à impossibilidade sintática de ocorrência da negação nas sentenças com imperativo verdadeiro. Han (1999) propõe que a restrição de ocorrência da negação se dá por um problema semântico.

Em face das diferenças de comportamento entre o PB e o PE quanto à possibilidade de se negar sentenças imperativas, passamos a descrever como as mudanças no paradigma pronominal influenciam na realização do modo imperativo no português brasileiro. Apresenta-se a análise de Cardoso (2009) em que destaca o papel polaridade da estrutura, por um lado, e a presença/ausência e o tipo de pronome no contexto discursivo, por outro, na distribuição do imperativo associado ao indicativo ou ao subjuntivo. É importante, além disso, compreender as restrições sintáticas impostas à negação nas sentenças imperativas e que fatores sintáticos e morfológicos permitem ao português do Brasil a realização da negação em sentenças em que há, de acordo com a tradição gramatical, supostamente, imperativo verdadeiro. Por fim apresento a análise de Ramos (2006) sobre a alternância das formas *não/num* no PB e as conseqüências dessa análise para a formação da sintaxe da negação nas sentenças imperativas no PB.

2.2 Estudos sobre a negação em sentenças imperativas no âmbito da Gramática Gerativa

2.2.1. Movimento do verbo em contexto de negação: Pollock (1989)

O estudo desenvolvido em Pollock (1989) tem o objetivo de observar diferenças sistemáticas entre o francês e o inglês em relação à sintaxe da negação, das sentenças interrogativas, dos advérbios e dos quantificadores flutuantes. Na discussão, o autor propõe que a configuração projetada por *Infl* (*Inflection*) não deve ser entendida como um único núcleo com dois diferentes traços (+/-T e +/-Agr), mas que cada um desses traços é projetado em um núcleo, com uma projeção máxima (AgrP e TP). Também prevê uma categoria funcional específica para os marcadores negativos (NegP).

O autor parte de proposta, originalmente formulada em Emonds (1978), a partir de dados relativos à distribuição de advérbios no francês e no inglês, segundo a qual no francês há, obrigatoriamente, o movimento do verbo para a categoria *Infl*, ao contrário do inglês, que realiza esse movimento de forma limitada (*Have/be raising*), válido para verbos auxiliares e modais. Para tanto, são postuladas operações de *Movimento do Verbo* ou de *Affix Hopping*, respectivamente. De fato, em frases finitas simples, o advérbio *often*, do inglês, ocorre em posição pré-verbal, enquanto, o advérbio *souvent*, no francês, ocorre em posição pós-verbal. A alteração da ordem de ocorrência dos advérbios em cada uma dessas línguas é agramatical (cf. (1), em oposição a (2)).

- (1) a. *John kisses *often* Mary.
 b. Jean embrasse *souvent* Marie.
 (2) a. John *often* kisses Mary.
 b. *Jean *souvent* embrasse Marie.

(POLLOCK,1989:367)

A análise de Pollock (1989) também apresenta implicações para a posição dos advérbios negativos *not* e *pas*. No francês, esses marcadores sempre aparecem após o verbo flexionado, seja lexical ou auxiliar. O mesmo ocorre no inglês para verbos modais e auxiliares. Dessa forma os advérbios *not* e *pas* seriam gerados numa posição à esquerda de VP, assim como os advérbios *often* e *hardly* no inglês. O alçamento do verbo para a checagem de traços no núcleo de IP seria responsável pela posição pós-verbal desses advérbios.

- (3) John is **not** happy. (Pollock 1989: 368)
 (4) Jean n'aime **pas** Marie. (Pollock 1989: 367)

Em relação às orações infinitivas, Pollock (1989) retoma a análise de Emonds (1978) que propõe não haver a posição IP disponível na estrutura, não havendo, portanto, o movimento do verbo, o que explica a posição pré-verbal dos advérbios. Assim, tanto *not* e *ne...pas* quanto advérbios como *often* e *souvent* se situam em posição pré-verbal em orações infinitivas.

- (5) a. *Not* to **be** happy is a prerequisite for writing novels

b. Ne *pas être* heureux est une condition pour écrire des romans

(6) a. To *often look* sad during one's honeymoon is rare

b. *Souvent paraître* triste pendant son voyage de noce, c'est rare

(POLLOCK, 1989: 373, 376, 377, 381)

A proposta de Emonds (1978), citada por Pollock (1989) em relação à aplicação das operações de movimento do verbo para *Infl* e do *Affix Hopping*, não explica a razão do impedimento de realização do movimento do verbo de V para *Infl* para verbos lexicais. O movimento pode ser realizado para verbos auxiliares e lexicais no francês, mas apenas para verbos auxiliares no inglês. Nesses contextos, a anteposição dos advérbios ao verbo gera agramaticalidade, como demonstrado em (7).

(7) (a) *Pierre à *peine* parle l'italien.

(b) * Pierre *presque* oublie son nom.

(POLLOCK, 1989: 378)

Ainda sobre as orações infinitivas, Pollock (1989) observa que a hipótese da inexistência de I^o nas orações infinitivas apresenta problemas em relação à posição opcional de verbos à esquerda de advérbios e de *pas* em francês, como em (8).

(8) a. Ne *être pas* heureux est une condition pour écrire des romans.

b. Ne *pas être* heureux est une condition pour écrire des romans.

c. *Paraître souvent* triste pendant son voyage de noce, c'est rare.

d. *Souvent paraître* triste pendant son voyage de noce, c'est rare.

(POLLOCK, 1989: 373, 377-378)

Em relação ao inglês, o movimento do verbo em infinitivas também ocorreria de modo limitado, assim como nas finitas. Há a possibilidade de verbos auxiliares ocorrerem em posição à esquerda de VP, conforme os exemplos em (9).

(9) a. The English were then said to *never have* had is so good.

b. The English were then said to *have never* had is so good.

(POLLOCK, 1989: 381-382)

No entanto, a ocorrência de verbos lexicais à esquerda de advérbios torna a sentença agramatical, conforme os exemplos em (10).

(10) a. To *hardly speak* italian after years of hard work means you have no gift for languages.

b. *To *speak hardly* italian after years of hard work means you have no gift for languages. (POLLOCK, 1989: 381-382)

Apontando problemas sobre a análise desses dados, Pollock observa que, na ausência de posição à esquerda dos advérbios para esses verbos, seria necessário existir estruturas DS's diferentes para frases finitas e infinitas, o que vai de encontro aos pressupostos do modelo de *Princípios e Parâmetros*.

A explicação por meio da simples adjunção de *pas* ao VP também não explica a razão de esse elemento ter de anteceder os demais advérbios de VP. Também não explica por que, em orações infinitivas, é possível mover verbos lexicais para a esquerda dos demais advérbios, mas não para a esquerda de *pas*, conforme (11).

(11) a. **Perdre** *completèment* la tête pour les belles estudiantes, c'est bien

b. * Ne **perdre** *pas* la tête pour les belles estudiantes, c'est bien

(POLLOCK, 1989: 378-379)

Segundo Pollock (1989), as diferenças observadas nessas duas línguas permitem assumir que o movimento do verbo para *Infl* não ocorre diretamente, mas em dois processos locais distintos. Para isso, primeiramente, propõe a cisão da categoria funcional IP em TP (Tense Phrase) e AgrP (Agreement Phrase), responsáveis, respectivamente, pelos traços de tempo e concordância. Em segundo lugar, propõe a existência de uma projeção funcional responsável pela negação, NegP. Em sentenças afirmativas, TP selecionaria diretamente AgrP, que selecionaria o VP.

(12) [TP [T' [**T** [AgrP [Agr **Agr** [VP [V' [**V**]]]]]]]]

Em sentenças negativas, NegP estaria posicionada entre TP e AgrP. Em relação a sentenças infinitas, Pollock (1989) propõe também a existência dessas duas categorias, observando que nesses sentenças T° apresentaria um traço [-finito].

(13) [TP [T' [**T** [NegP [Neg' [**Neg** [AgrP [Agr **Agr** [VP [V' [V]]]]]]]]]]]

Pollock (1989) afirma que as diferenças do movimento do verbo em frases finitas e infinitivas do francês e do inglês são resultado da combinação entre o critério temático, com a riqueza flexional de Agr^o e com o traço [+/-finito] de T^o. Nas orações finitas do francês, os verbos lexicais realizam movimento obrigatório para Agr^o e, então, posteriormente para T^o.

(14) Finitas

a. Francês [TP Suj [T' **verbo finito** [NegP **pas** [AgrP t_{verbo} [VP Adv [VP t_{suj} t_{verbo}]]]]]]]]

b. Inglês [TP Suj [T' verbo aux [NegP **not** [AgrP t_{aux} [VP Adv [VP t_{suj} verbo principal]]]]]]]]

No inglês, somente verbos auxiliares são realizados em Agr^o. Em virtude da natureza fraca da flexão, os verbos lexicais não licenciam sua grade temática em Agr^o, permanecendo, em V^o. Pollock (1989) propõe o rebaixamento dos afixos de Agr^o para V^o, a fim de explicar a ocorrência dos traços flexionais de concordância no verbo. Não sofrendo movimento para Agr^o, o verbo (lexical) também não pode se mover para T^o, o que provocaria violação à Restrição de Movimento de Núcleos (HMC).⁹

Nas orações infinitivas do francês, a posição Agr^o recebe tanto os verbos lexicais quanto os auxiliares. Já nas orações infinitivas do inglês, Agr^o recebe apenas os auxiliares. A existência de Agr^o em infinitivas explicaria a possibilidade da presença desses verbos à esquerda dos advérbios de VP, o que não acontece com os verbos lexicais do inglês. Os auxiliares em francês, como aponta Pollock (1989), ainda teriam a possibilidade de se mover para T^o.

(15) Infinitivas

a. Francês [TP Suj [T' (verbo) [NegP **pas** [AgrP (verbo) [VP Adv [VP t_{suj} (verbo)]]]]]]]]]

⁹ A Restrição de Movimento de Núcleo afirma que um núcleo só pode se mover para a primeira posição de um núcleo que o c-comande.

b. Inglês [TP Suj [T__ [NegP **not** [AgrP verbo auxiliar [VP Adv [VP t_{suj} verbo principal]]]]]

Sobre os marcadores negativos ‘not’ e ‘pas’, Pollock (1989) afirma que seriam núcleos funcionais, gerados na posição de Spec de NegP e não em adjunção ao VP. Em virtude disso ‘not’ e ‘pas’ precedem os advérbios de VP. O movimento do verbo para Agr^o e posteriormente para T^o, em orações finitas, resulta na posição pós-verbal de ‘not’ e ‘pas’ (com verbos auxiliares em inglês, e com verbos auxiliares e lexicais em francês). Nas orações infinitivas, o movimento apenas para Agr^o gera a posição pré-verbal desses itens. Explicando a posição dos marcadores negativos, Pollock (1989) afirma que, no francês, o marcador negativo ‘ne’ seria o núcleo da categoria NegP. Esse marcador sofre movimento para a posição de núcleo de TP, por seu caráter clítico, sendo realizado em posição pré-verbal. Já no inglês, a posição do núcleo de NegP não seria preenchida. A hipótese de NegP ser uma posição em que são gerados os itens negativos no francês ‘ne’ e ‘pas’ demonstra ainda a vantagem de explicar por que a co-ocorrência desses dois elementos não gera uma interpretação afirmativa, com uma negação anulando a outra.

A proposta de Pollock (1989) é relevante para o presente estudo, no que se refere à cisão da categoria IP em duas novas categorias (TP e Agr) e à formulação de hipóteses sobre o posicionamento dos marcadores negativos na estrutura. A importância da análise de Pollock (1989) para os marcadores negativos do PB se dá em virtude de se comparar os sistemas de negação do francês e do PB, em relação à ocorrência da dupla negação e da negação pós-verbal: propõe-se que o marcador pré-verbal ‘não/num’ é alojado na posição de núcleo de NegP, e o marcador pós-verbal é alojado na posição de especificador, conforme será investigado adiante.

Passemos às propostas de Zanuttini (1995) e Martins (1997), para tratar do desenvolvimento da sintaxe inovadora dos marcadores negativos no PB. Nesses trabalhos, as diferentes ocorrências dos marcadores negativos no PB são relacionadas a um processo de mudança dos padrões de negação nas línguas, descrito pelo *ciclo de Jespersen*. Nessa abordagem, relaciona-se, o surgimento de [Não V não] e [V não] ao enfraquecimento do marcador negativo pré-verbal, o que resulta na impossibilidade de essa partícula negar a sentença independentemente, em função da natureza fraca de seu traço negativo.

2.2.2 Os tipos de marcadores negativos nas línguas românicas

A análise de Zanuttini (1995) demonstra que podem ser encontrados dois tipos de marcadores negativos nas línguas românicas: um que pode negar a sentença independentemente e um segundo tipo que depende da co-ocorrência com outra partícula negativa pós-verbal. Zanuttini (1995) define essa distinção pela natureza do traço negativo dessas partículas (forte/fraco) e pela posição sintática que elas ocupam.

Os marcadores negativos com traço forte ocupam a posição de núcleo, podendo negar a sentença sem o auxílio de outro marcador negativo. Zanuttini (1995) propõe que esses marcadores ocorrem em uma categoria responsável pela checagem dos traços de polaridade da sentença. A autora chama essa categoria de PolP (*Polarity Phrase*), a qual é semelhante à categoria ΣP ¹⁰, proposta originalmente por Laka (1991).¹¹ Já os marcadores negativos que contêm um traço fraco ocorreriam em caráter de adjunção ao núcleo de uma categoria funcional independente, funcionando como clítico.

Zanuttini (1995) propõe então que três padrões básicos de realização da negação são encontrados nas línguas por ela estudadas (espanhol, francês, piemontês, florentino etc.), conforme ilustrado em (16).

(16) a. Gianni **non** há telefonato a sua madre (italiano) – negação pré-verbal:

b. I l'ai vist **gnun** (piemontês) – negação pós-verbal

c. Jean n'aime **pas** la viande (francês padrão) – dupla negação

(ZANUTTINI 1995: 563,570,571)

Ao discorrer sobre as diferenças que as partículas negativas podem exibir na estrutura sintática, Zanuttini (1995) assume que as línguas românicas apresentam dois marcadores de negação – o adverbial e o gramatical. O primeiro tipo, adverbial, pode

¹⁰ Conforme observado por Jânia Ramos (c.p.), categorias do tipo ΣP têm sido exploradas na teoria em outros domínios na periferia da oração, associadas à codificação da modalidade, conforme proposto em Tomic (2007). Nesse sentido fica evidente a relação entre modalidade e polaridade. Deixamos o aprofundamento dessas questões para investigações futuras. Agradeço à Profa. Jânia Ramos a indicação da referência bibliográfica: Tomic O. M. (2007) Pronominal clitics and imperatives in South Slavic In: WURFF, Wim van der. (ed.). *Imperative Clauses in Generative Grammar: Studies Offered to Frits Beukema*. Amsterdam: John Benjamins, 1-94.

¹¹ A contribuição de Laka (1990) é no sentido de demonstrar, por meio de dados do basco, a existência de uma projeção associada à polaridade da sentença (afirmativa/negativa) em posições distintas na projeção oracional, acima de TP ou abaixo de TP. A possibilidade de variação paramétrica explica a distribuição do marcador negativo. LAKA, I. (1990). *Negation in syntax: on the nature of functional categories and Projections*. MIT, Tese de Doutorado.

negar a sentença independentemente. É geralmente posposto e tônico, exibindo características de especificador.

Três características distinguem os marcadores negativos com caráter adverbial em relação aos marcadores gramaticais. Em primeiro lugar, os marcadores negativos com características adverbiais não possuem posição fixa em relação ao verbo, permitindo a interpolação de elementos, enquanto os marcadores gramaticais possuem posição fixa em relação ao verbo. Estes são sempre prepostos, inclusive com infinitivos, não admitindo nenhum elemento interpolado, salvo pronomes átonos. Tais fatos estão ilustrados nos exemplos a seguir, extraído de Zanuttini (1994:433,434).

Quadro 2. Caráter dos marcadores negativos

Marcadores negativos com caráter Adverbial	Marcadores negativos com caráter Gramatical
[Piemontês] a) <i>Maria a mangia nen</i> Maria ela come não “Maria não come” b) <i>Maria a l' ha nen parlá tant</i> Maria ela o tem não falado tanto “Maria não falou muito”	[Italiano] a) <i>Non me l' a ancora detto</i> Não me o tem ainda dito b) <i>Ancora non me l' a detto</i> c) * <i>Non ancora me l' a detto</i> “(Ele) não me disse (isso) ainda”

Em segundo lugar, os marcadores negativos com caráter adverbial não interferem na distribuição de outros elementos gramaticais, enquanto os marcadores de negação gramaticais interferem na distribuição de outros elementos gramaticais, particularmente no posicionamento de pronomes átonos, conforme ilustrado em (17), com dados extraídos de Zanuttini (1994: 433,434).

- (17) a. Te quisiera ver más
 b. Quisiera **no** verte más
 c. *Te quisiera **no** ver más

Por fim, entre as características que distinguem os marcadores negativos, Zanuttini (1995) afirma que os marcadores negativos gramaticais têm distribuição restrita em relação à morfologia verbal, não ocorrendo com formas do imperativo

verdadeiro, exigindo antes alguma forma sincrética/supletiva. Tais fatos estão ilustrados no quadro a seguir, com dados extraídos de Zanuttini (1994:120,121).

Quadro 3. Marcador negativo e sentenças imperativas

Marcadores negativos com caráter adverbial	Marcadores negativos com caráter Gramatical	
<p>Piemontês:</p> <p><i>Parla!</i> (2ps) <i>Parla nen!</i></p> <p>Milanês:</p> <p><i>Guarda minga i tosànn!</i> Olha-2ps não as garotas</p>	<p>Italiano</p> <p>Imperativo Afirm.</p> <p><i>Telefona!</i> (2ps) <i>telefonare!</i></p> <p>Telefonate! (2ppl) Telefoniamo!(1ppl)</p>	<p>Imperativo Neg.</p> <p>a)*<i>Non telefona!</i> <i>Non telefonare</i></p> <p>b) <i>Non telefonate!</i> c) <i>Non telefoniamo!</i></p>

Observando as três diferenças entre os marcadores de negação apresentados por Zanuttini (1995), podemos supor que existe evidência de que os marcadores de negação pré-verbais nas línguas românicas são elementos da morfossintaxe sentencial. Assim esses marcadores diferenciam-se dos marcadores pós-verbais, morfossintaticamente autônomos, com distribuição semelhante à dos advérbios.

2.2.3 Posicionamento dos marcadores negativos no PB

O objetivo dessa seção é analisar as diferenças sobre o posicionamento dos marcadores negativos e as implicações para as diferentes possibilidades de realização dos marcadores negativos no PB. Conforme visto anteriormente, Zanuttini (1995) demonstra a existência de dois tipos de marcadores negativos: um que pode negar a sentença independentemente e um segundo tipo, que depende da co-ocorrência com outra partícula negativa pós-verbal.

Partindo dessa análise, o estudo de Martins (1997) estabelece uma relação entre os diferentes tipos de marcadores negativos no PB e o processo descrito no *Ciclo de Jespersen*. Assim, assume que as diferentes possibilidades de negação são resultado do enfraquecimento do marcador negativo pré-verbal. Conforme Zanuttini (1995), esse enfraquecimento é visto na passagem do primeiro para o segundo estágio do *Ciclo de*

Jespersen. O enfraquecimento gera repercussões também no nível fonético, o que, no PB, corresponde à realização de ‘num’ em contexto pré-verbal (cf. Ramos 2006). Por hipótese, a natureza fraca do marcador negativo pré-verbal no PB não permite que ele negue a sentença independentemente. Nesse sentido, é necessária a ocorrência de outro marcador negativo para que a negação da sentença ocorra, gerando a dupla negação [Não-V-não]. Ainda há a possibilidade de que a negação pós-verbal [V- Não] negue a sentença independentemente. Para Martins (1997), as ocorrências de [Não V] na linguagem falada seriam resquícios de um estágio anterior do PB.

Martins (1997) adota a hipótese da categoria NegP para alojamento dos marcadores negativos (cf. Pollock 1989). Além disso, conforme Zanuttini (1995), adota a categoria Σ P como responsável por realizar a checagem dos traços afirmativos ou negativos da sentença. Em relação ao posicionamento das categorias funcionais na estrutura, Martins (1997) segue a proposta de Chomsky (1989), em que AgrP está posicionado acima de TP. O posicionamento da categoria NegP estaria entre AgrP e TP, Por fim, sendo Σ P a categoria responsável pela checagem dos traços negativos, estaria posicionada como uma categoria mais alta, entre CP e AgrP, conforme representação em (18).

(18) [_{CP} C [_{Σ P} Σ [_{AgrP} Agr [_{NegP} Neg [_{TP} T [_{VP} V]]]]]]]

Seguindo com a proposta, Martins (1997) afirma que no PE e no PB Standard (variedade utilizada por falantes escolarizados), a categoria Σ P possui traços fortes, ao contrário do PB vernacular, que possuiria traços fracos. A existência de traços fortes no PE e no PB Standard exige a checagem dos traços negativos e afirmativos antes de *Spell-out*, o que gera repercussões em PF. Como resultado da checagem dos traços fortes de Σ P, ocorreria o movimento do sujeito para o especificador e a ênclise nas sentenças afirmativas por outro. No PE e no PB Standard, existiria um marcador pré-verbal forte, gerado em Neg^o. Esse marcador sofreria movimento para Σ ^o para a checagem dos traços, passando por Agr^o. Disso resultaria a posição pré-verbal do marcador negativo forte nessas duas variedades¹². Inversamente, no PB vernacular essa checagem não seria realizada antes de *Spell-out*, pois, de acordo com o princípio *Procrastinar* (Chomsky, 1995), a checagem de traços fracos só se dá após *Spell-out*. No

¹² Para explicar a posição do sujeito à esquerda da negação, Martins (1997) adota a posição de especificador da categoria Σ P como responsável pela atribuição do caso nominativo.

PB vernacular, então, a posição pré-verbal da negação é consequência do caráter clítico desse marcador. Assim como os clíticos pronominais ele se movimenta por adjunção a Agr^o. Para Martins (1997), as ocorrências de [Não-V] na linguagem falada seriam resquícios de um estágio anterior do PB.

This does not mean that we do not find a pre-verbal *não* negating a sentence alone in spoken language, but that pre-verbal *não*, which is fully pronounced when used to negate a sentence alone, is only a remnant of the pre-verbal *não* used in earlier stages of Brazilian Portuguese and which is already used in formal and written language. (MARTINS, 1997: 24)

Em relação à variedade falada do PB, Martins (1997) afirma que a ocorrência de sentenças com dois marcadores negativos é justificada pela impossibilidade de que o marcador negativo pré-verbal o faça. A ocorrência de um marcador negativo forte co-ocorrendo com o marcador fraco geraria as sentenças com dupla negação [não V não].

Seguindo a proposta de Zanuttini (1995), Martins (1997) afirma que o *não* pós-verbal é um tipo de advérbio de VP, utilizado para negar a sentença em virtude da incapacidade de o marcador pré-verbal *não*, por sua natureza fraca. Zanuttini (1995) explica a posição final do marcador negativo por meio da adjunção destes à direita de VP ou de V'. A adjunção de advérbios ao VP ou ao V' resulta em que esses marcadores precedam os complementos verbais.

No intuito de caracterizar a configuração [Não-V-não], Martins (1997) afirma que é necessário propor uma estrutura em que os complementos verbais c-comandem assimetricamente a negação. Para isso, segue as propostas de McConnell (1982) e de Larson (1988) (ambos citados pela autora), em que advérbios não podem se adjungir a qualquer verbo, mas são sub-categorizados por estes, conforme (19). Nesses exemplos, o advérbio e a locução adverbial com valor locativo são selecionados pelos respectivos verbos, sendo que a omissão desses itens implica diretamente a agramaticalidade da sentença.

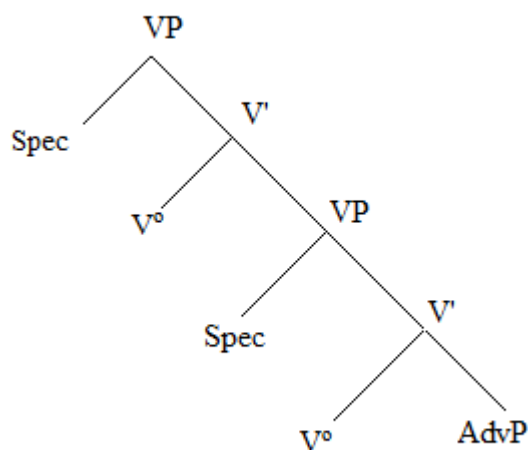
(19) a. Joan behaved *(rudely) to Marcia

b. Joan resides *(in Kalamazoo).

(MARTINS, 1997: 38)

Martins (1997) propõe a possibilidade de se projetar recursivamente o VP numa estrutura em camadas, com projeções recursivas do VP, conforme a proposta de VP *shell*, de Larson (1988)¹³. De acordo com essa proposta, o verbo poderia estar associado a um advérbio, que funcionaria como seu complemento, gerando um nível V' inicial. Nessa configuração o verbo c-comanda o advérbio. Em sequência o nível V' é concatenado com o complemento indireto, realizado como especificador do VP. Em seguida o VP se concatena com um novo núcleo verbal, criando nova projeção V'. O verbo da projeção mais baixa se movimenta em direção a esse nível e o complemento direto se une ao V', como especificador, formando um segundo VP. Por fim, o verbo se move para a posição de núcleo superior do VP, de onde c-comanda tanto os complementos direto e indireto, quanto o advérbio, conforme representação em (20).

(20)



Em relação às ocorrências do marcador negativo pós-verbal, Martins (1997) afirma que devem ser levados em conta os fatores pragmáticos. As ocorrências de [V-não], segundo Martins, são dadas em resposta a perguntas do tipo sim / não e em sentenças imperativas negativas, conforme os exemplos em (21).

(21) a. O João vai?

(Não,) vai **não**.

b. Bate a porta **não**!

c. Me perturba **não**! (MARTINS, 1997: 44)

¹³ LARSON, Richard. (1988). On the double object construction. *Linguistic Inquiry* 19, 335-391.

Ainda sobre o marcador negativo pós-verbal, Martins (1997) afirma que esse marcador segue tanto verbos finitos como formas não flexionadas em locuções, complementos e adjuntos verbais, independentemente do tipo de oração (imperativas, interrogativas e declarativas), conforme ilustrado nos exemplos em (22).

- (22) a. Ele **não** tem estado muito bem ultimamente **não**
 b. Você **não** viu o jornal da televisão ontem à noite **não**?
 c. **Não** bate a porta **não**!

(MARTINS, 1997: 34)

Sobre a realização das sentenças com marcadores negativos pós-verbais, Martins (1997) afirma que a sentença negada seria realizada como um tópico, e a negação como um comentário, em uma estrutura do tipo tema/ rema. Nesse sentido, ocorreria o movimento do verbo ou de toda a sentença para a posição de TopP, acima de CP e da posição ocupada pelo *não*, em Σ° , conforme pode ser visto nos exemplos em (23)

- (23) a. [_{TopP} vai₁ [_{CP} [_{Σ P} *pro* [_{Σ°} **não** [_{AgrP} t...]]]]]]
 b. [_{TopP} [bate a porta]₁ [_{Top} Top [_{CP} [_{Σ P} *pro* [_{Σ°} **não** [_{AgrP} [_{TP} [_{VP} t₁]]]]]]]]]]

A proposta de Martins (1997) tem a importância de estabelecer diferenças formais entre as sentenças negativas [Não V], [Não V não] e [V não]. Alinhando-se à proposta de Zanuttini (1995), em que os diferentes posicionamentos dos marcadores negativos são associados a fatores paramétricos, observando um desenvolvimento definido conforme o Ciclo de Jespersen. Dessa forma, explicam-se as diferentes possibilidades de realização da negação no PB.

Diante das estratégias de negação no PB, Martins (1997) afirma que a negação pré-verbal plena, ao contrário do PE e do PB Standard, é um resquício de formas anteriores de realização da negação no PB. No PB a negação pré-verbal sofreu um enfraquecimento. Provas disso são seu caráter clítico, a impossibilidade de negar a sentença independentemente e a manifestação fonética da redução não/num. Sobre as sentenças com dupla negação e negação pós-verbal, afirma que as diferenças não se restringem ao simples apagamento da partícula pré-verbal em [V não].

Em [Não V não] estão presentes dois elementos negativos, um núcleo (fraco), que é gerado em NegP e se move para Agr^o, em virtude de seu caráter clítico, e um núcleo de caráter adverbial, que é gerado internamente ao VP, permanecendo nessa posição. Em [V Neg] está presente um único marcador negativo, o qual é assumido como um núcleo forte que checa os traços em Σ^o , sendo a ordem pós-verbal determinada pelo movimento de V ou do VP para uma posição na periferia da sentença, criando-se uma configuração tema-rema. A questão do posicionamento da negação em configurações imperativas no PB será retomada adiante.

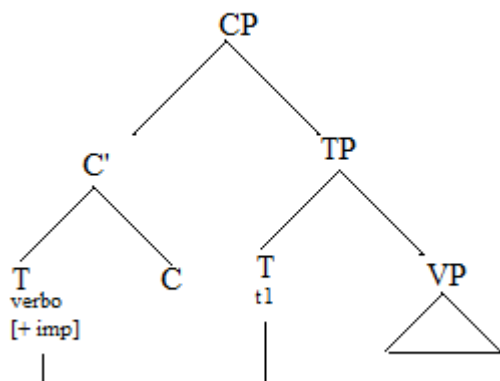
Passamos a considerar, de forma mais específica, a sintaxe da negação em configurações imperativas.

2.3 Relações entre negação e imperativo

2.3.1 Restrições à negação em sentenças com imperativo verdadeiro

O estudo de Rivero (1994) propõe uma explicação para a impossibilidade de negar a forma do imperativo verdadeiro em línguas da Classe I, em termos de condições estruturais relacionadas ao movimento do verbo. Na análise, a agramaticalidade da sentença com negação pré-verbal diante de verbos com forma própria do imperativo ocorre por uma restrição ao movimento do verbo no imperativo para a categoria C. A autora parte do pressuposto de que o núcleo funcional C^o é responsável pela força ilocucionária da sentença. Dessa forma, a categoria C abriga o traço imperativo da sentença. O verbo, que apresenta o modo imperativo, nas construções em que apresenta a morfologia especializada (forma verdadeira), deve sofrer checagem através do movimento para a posição C^o. Abaixo se apresenta a estrutura com a visualização do movimento do verbo para a posição em que o traço sofre checagem.

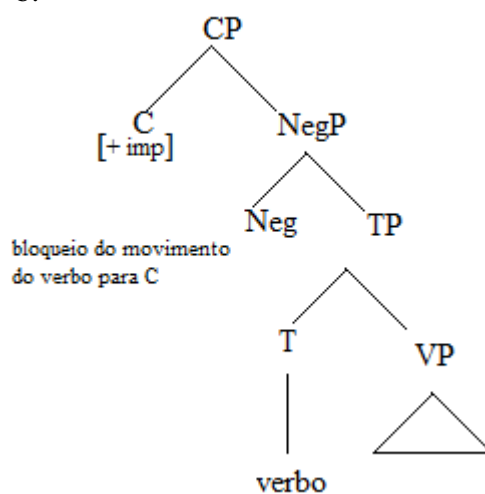
(24)



A impossibilidade da negação em posição anterior ao verbo flexionado na forma verdadeira do imperativo seria, de acordo com a autora, consequência de um efeito de minimalidade¹⁴ imposto pela presença do marcador negativo, que bloquearia o movimento do verbo para C°. Assim, a estrutura seguinte demonstra a restrição para as sentenças negativas de línguas como italiano e espanhol, em que a partícula negativa, sendo núcleo da categoria NEGP, localizada entre o CP e o TP, impede o movimento por violar um requisito de minimalidade.

(25) a. * Non telefona le!

b.



¹⁴ Dessa forma o marcador negativo se torna uma barreira para o movimento do verbo. De acordo com Roberts (1997, 226), a barreira por minimalidade é definida da seguinte forma: β é uma barreira por minimalidade para α se, e somente se: β é um X' (diferente de I'); β domina α ; e o núcleo de β é lexical.

Ao contrário das sentenças com a forma verdadeira, a forma supletiva em sentenças imperativas é permitida pelo fato de que realizam apenas um movimento mais baixo, para a categoria I, não necessitando realizar movimento para a categoria C. A interpretação do imperativo nessas sentenças, de acordo com a autora, é feita através da pragmática. Essa afirmação pode levar a uma generalização de que as línguas que não possuem imperativo verdadeiro não possuem construções formalmente imperativas.

2.3.2 Força ilocucionária, escopo e negação: o problema semântico apresentado por Han (1999)

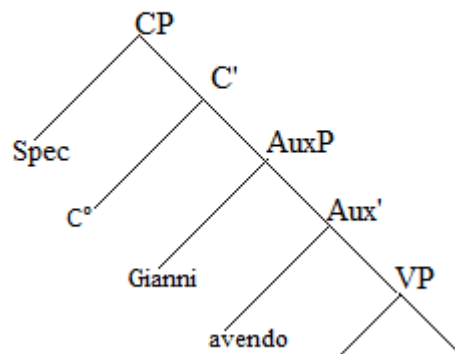
Uma crítica à análise de Rivero (1994) é encontrada em Han (1999). A autora considera o caráter clítico dos marcadores negativos em línguas como o italiano e o espanhol e mesmo o português. Sendo um elemento clítico, a negação constituiria um único sintagma com o verbo e não deveria impedir o seu movimento para C°. O caráter clítico pode ser reafirmado pelo fato de que nenhum outro elemento que também seja clítico pode interromper a ligação estrita do verbo com a negação conforme (26a): a interrupção da adjacência entre negação e verbo por um nome (26b) ou por um advérbio (26c) torna a sentença agramatical.

- (26) a. Juan **no** ha llegado aún.
 b. * **No** Juan ha llegado aún.
 c. * Juan **no** aun ha legado.

Han (1999) também aponta a possibilidade de haver movimento do verbo para C°, em sentenças negativas, incluindo-se a negação, nos contextos de Aux-to-Comp, de acordo com análise de Rizzi (1982, citado pela autora):

- (27) a. Avendo Gianni fatto questo, ...
 b. **Non** avendo Gianni fatto questo, ...

c.



A estrutura em (27c) representa o movimento do verbo auxiliar para a posição nuclear da categoria C numa sentença afirmativa. Em configurações negativas, quando esse movimento é realizado, a negação acompanha o verbo auxiliar, devido ao seu caráter clítico.

Han (1999) apresenta a idéia de que o movimento do verbo para C° não é bloqueado pela sintaxe, mas pela semântica, como consequência da ação da negação sobre a força ilocucionária da sentença. Para Han (1999), o imperativo é um operador ilocucionário que está situado em C. A autora observa que existe uma relação de escopo entre força imperativa e negação. Dessa forma, a força ilocucionária é representada por um traço na projeção mais alta, C, enquanto a negação está em um nível mais baixo que essa representação. Por razões sintáticas, o verbo deve mover-se para a projeção C, para checagem do traço imperativo. Han (1999) afirma que, se a negação funciona como um clítico, o movimento do verbo de V para C passa pela projeção NEG, criando uma configuração onde a negação tenha escopo sobre o traço imperativo, causando uma representação ilegítima em LF.

Com isso, a autora defende que esse movimento impõe um requerimento de interface de que a negação nunca tenha escopo sobre a força ilocucionária. A interpretação de uma sentença imperativa negativa como (28a) deve, obrigatoriamente, ter a força ilocucionária tomando escopo sobre a negação e não o contrário, ou seja, a negação não pode ter escopo sobre a força ilocucionária.

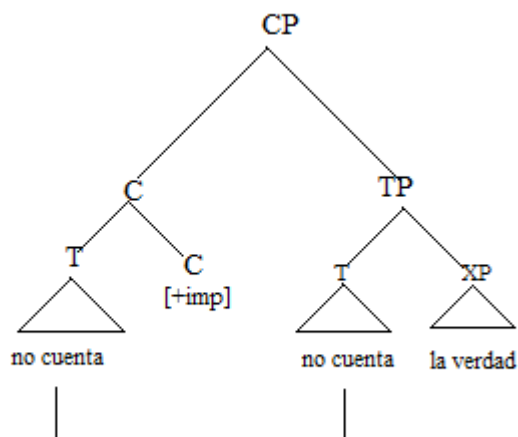
(28) a. ¡No cuentes la verdad!

Segundo Han, é justamente isso que ocorre quando o complexo [neg + V] se move para C°: o movimento coloca o traço imperativo de C° sob c-comando. Em c-

comando a negação também está sob o escopo do traço imperativo, gerando uma leitura proibida, como em (29).

(29) a. *¡No cuenta la verdad!

b.



Assim, a existência do escopo da negação sobre a força ilocucionária é possível em relação ao espanhol, bem como ao PE, mas não se pode concluir o mesmo em relação ao português brasileiro. O português brasileiro parece apresentar uma configuração própria para o modo imperativo, em que parece não haver necessidade de checagem do traço imperativo em C, conforme observado no Capítulo 1.

Aliadas às informações presentes, de acordo com Cavalcante (2009:21), observando-se a necessidade de movimento do verbo para checagem de traço com o núcleo C° nas construções de imperativo verdadeiro, as diferenças de gramaticalidade existentes entre o português europeu e o português brasileiro, ilustradas em (30), poderiam ser explicadas a partir da hipótese de que inversamente ao PE, o verbo imperativo nunca se move para C° em PB, nem mesmo no imperativo afirmativo. Assim, uma sentença como (30a) teria, no PE, a estrutura representada em (31a), com o verbo em C°; e, a estrutura em (31b), no PB, com o verbo em T°.

(30) a. Conta a verdade para (a) Marta. (√ PE; √ PB)

b. Não **conta** a verdade para (a) Marta. (* PE; √ PB)

(31) PE

a. [CP [C° **conta**_[+imp] C°_[+imp] [TP conta [VP conta a verdade para Marta]]]]

PB

b. [CP [C° [TP [T° **conta** [VP conta a verdade para Marta]]]]

Sem a realização de movimento, não ocorreria no português brasileiro a incompatibilidade entre negação pré-verbal e o traço imperativo presente em C°. Dessa forma, (30b) seria, no português europeu, resultado da derivação não-convergente representada em (31a), enquanto, no português brasileiro, essa sentença teria a representação em (32b), sem movimento do verbo para C°.

(32) PE

a. [CP [C° não conta_[+imp] C°_[+imp] [TP conta [VP conta a verdade para Marta]]]]

PB

b. [CP [C° [TP não conta [VP conta a verdade para Marta]]]]

A inexistência de movimento do verbo para C° no português brasileiro seria uma consequência da redução da morfologia verbal, que tornou idênticas a forma imperativa e a indicativa, como observado anteriormente. Além disso, teria respaldo na perda do movimento para C° também identificada em outras construções do PB, como as sentenças declarativas e as interrogativas (cf. Torres Morais, 1993; Lopes Rossi, 1993; Kato & Mito, 2005, Cavalcante 2010). Tais propriedades podem ser ainda relacionadas à sintaxe da negação, que manifesta os padrões de negação pré-verbal, pós-verbal e a dupla negação. Essas questões serão retomadas no capítulo 3.

2.3.3 As estratégias de negação nas sentenças imperativas no PB

Observando o comportamento das duas formas de negação sentencial apresentadas por Zanuttini (1995), podemos perceber que a tipologia por ela proposta pode ser aplicada ao PB. Como indício de marcador gramatical, o português padrão apresenta a posição pré-verbal fixa da negação em relação ao verbo, além de apenas

pronomes átonos poderem intervir entre a negação e o verbo.

- (33) a. João não tinha chegado a tempo.
 b. João lamenta não ter chegado a tempo

- (34) a. João não (me) disse ainda o que fez.
 b. João ainda não (me) disse o que fez.
 c. *João não ainda disse o que fez.

Outro fator considerado é a posição fixa da negação em relação aos pronomes átonos, não podendo haver a interpolação da negação entre o clítico e o verbo:

- (35) a. João afirmou que não me tinha visto/vira.
 b. *João afirmou que me não tinha visto/vira.¹⁵

Já no PB vernacular, são encontradas duas formas de apresentação da negação. Comparando-se as duas formas às apresentadas por Zanuttini (1995), podemos perceber que o PB semelhantemente apresenta uma negação de caráter adverbial e outra que possui características de categoria gramatical, identificando-se assim as três estratégias de sentenças negativas.

Um aspecto adicional em relação à manifestação dos padrões de negação no PB é a variação entre as formas *não* e *num* em posição pré-verbal. Na seção a seguir, é apresentada a análise de Ramos (2006) sobre o uso variável de *não* e *num* pré-verbais, em que se demonstra que correspondem a uma categoria inovadora na gramática do PB.

yuu

O estudo de Ramos (2006) examina dados de fala oral coletados na região Sudeste e Centro-Oeste, mostrando a ocorrência das variantes *num* e *não*. A autora destaca que apenas o marcador pré-verbal apresenta a forma reduzida *num*

¹⁵ A interpolação do clítico entre a negação e o verbo já ocorreu no português, As primeiras ocorrências de interpolação da negação nestes contextos foram encontradas em textos do século 15, e são freqüentes nos séculos 16 e 17 (cf. NAMIUTI, C. *Aspectos da história gramatical do português. Interpolação, negação e mudança*. UNICAMP. Campinas-SP, 2008).

(não>num). Também sobre a realização do marcador *num*, Vitral (2001) observa que ocorre a realização agramatical da forma reduzida respectivamente nos contextos de negação pós-verbal, em resposta a uma pergunta, no caso de ocorrer isoladamente e, por fim, de forma topicalizada.

(36) a. *Quero *num*.

b. Você vai viajar?

R. **Num*.

c. Preposto:

**num*, eu não vou. (VITRAL, 2001:63)

A possibilidade de ocorrência da forma reduzida como marcador negativo pré-verbal ocorre em razão de ser uma forma átona, que apresenta um caráter clítico obrigatório em relação ao verbo. A autora ainda apresenta quatro fatores que favorecem a ocorrência de *num*:

(37) a. a posição não final na sentença

b. a presença da variante plena “não” na mesma sentença.

c. a posição pré-verbal e

d. contigüidade com V.

Segundo Ramos (2006), as características em (37) podem ser comparadas com propriedades exibidas por clíticos, sendo essas: a impossibilidade de algum elemento intervir entre o clítico e o verbo, exceto outros clíticos, o clítico não poder ser modificado, não aceitar acento contrastivo, não poder ser coordenado e a ordem clítico-V ser fixa.

No sentido de verificar a interferência dos tipos de elementos que aparecem à esquerda ou à direita, a autora chega à conclusão de que a forma *num* se liga a elementos à direita. Assim demonstra que o uso de *num* é favorecido, em relação à forma plena *não* do marcador negativo, na presença de elementos (verbais) à direita.

Tabela3. Distribuição de num de acordo com elemento na posição seguinte

Posição Seguinte	Ocorrência	Frequência	Probabilidade
Verbo auxiliar	102/168	61%	.76
Verbo principal	227/384	58%	.75
Outros elementos	11/30	37%	.51
Pausa	4/180	2%	.03

Há também o favorecimento do marcador negativo *num* em configuração em que co-ocorre com o marcadorônico pós-verbal. Conclui-se que seu caráter átono favorece a realização da dupla negação – sendo a segunda ocorrência obrigatoriamente forte.

Tabela 4. Distribuição de não e num em frases da forma [...Neg... QNeg...]

Forma realizada	Ocorrências	Frequência
Não	21	36%
Num	37	64%
Total	58	100%

Além disso, uma das evidências da ocorrência da gramaticalização da forma pré-verbal é a maior incidência de realizações dessa forma de acordo com o extrato etário. Segundo Ramos (2006), a maior incidência da realização do marcador negativo *num* está relacionada a falantes jovens, em oposição aos falantes mais velhos.

Tabela 5. Distribuição de num de acordo com grupo etário do informante

Grupo Etário	Ocorrências	Frequência	Probabilidade
Jovens	139/165	84%	.70
Medianos	120/237	51%	.48
Velhos	85/225	38%	.32

A seguir demonstra-se que a coexistência de diferentes tipos de marcadores negativos no PB aponta para a possibilidade de que um processo de mudança lingüística esteja em curso, que consiste na passagem de um padrão pré-verbal para um pós-verbal, exibindo como uma fase intermediária a co-ocorrência de duas negações.

2.3.5 Uma etapa do Ciclo de Jespersen: o processo de

gramaticalização da negação pré-verbal no PB

A hipótese inicial é a de que a redução é fruto de um processo de *gramaticalização*, em que um termo da língua muda de estatuto, deixando de manifestar propriedades de categoria lexical, tornando-se uma categoria gramatical (Hopper e Traugott, 1993). Segundo a literatura sobre *gramaticalização*, o processo passa por transições graduais que apresentam as seguintes etapas:

- item lexical > item gramatical > clítico > afixo > ∅.

Zanuttini (1995) afirma que diacronicamente muitas das línguas românicas passaram por três padrões, identificados por Otto Jespersen (1917). A autora examina o desenvolvimento diacrônico do francês, e apresenta o processo que teria ocorrido nessa língua:

(38) Forma tônica: *Jeo di non.*

Forma enfraquecida: *Jeo ne dis*

Nova forma tônica: *Je ne dis pas.*

Queda da forma enfraquecida: *Je __dis pas.*

Os resultados apresentados em Ramos (2006) sinalizam uma situação semelhante para o português brasileiro, o que permite uma comparação com o desenvolvimento diacrônico do francês.

(39) Forma tônica: *Não faz/ faça!*

Forma fraca: *Num faz/ faça!*

Dupla negação: *Num faz/ faça não!*

Queda da forma enfraquecida: *Faz/ faça não!*

Sousa (2007) afirma que os estudos a respeito da redução do marcador negativo pré-verbal reconhecem a forma plena *não* e as reduzidas *num* e *nu*, sendo essas últimas consideradas, geralmente, como a etapa “clítico” do processo. A autora ainda observa que, além da ocorrência do item com vogal oral ([u]), em alguns

casos, ocorre apenas a nasalidade. Isso é mais uma evidência da mudança em processo no PB.

“(…) uma nasalidade que, seguida por verbo iniciado por vogal, se incorpora ao item posterior; são alguns exemplos os itens „nadiana“, „nimporta“. Essa última ocorrência se aproxima da forma de distribuição sintática de um afixo, o que apontaria indícios para a etapa “afixo” do processo de gramaticalização.” (SOUSA, 2007).

2.4 Considerações parciais

O presente capítulo objetivou analisar a sintaxe da negação nas sentenças imperativas no português brasileiro, em contraste com o papel da negação nas sentenças com imperativo verdadeiro das línguas de *Classe I*. Através dessa análise, vimos que Rivero (1994) aponta restrições sintáticas para o movimento da negação para checagem na categoria C. Isso ocorreria pela violação a um requisito de minimalidade em relação à transposição de um núcleo. Em seguida mostrou-se que Han (1999) demonstra que o caráter clítico da negação permitiria o movimento desse item para a categoria C, mas que o escopo da negação sobre a força imperativa da sentença geraria um problema de restrição semântica. Verificando-se que o português brasileiro, diferentemente do PE, não apresentaria restrições categóricas em relação às sentenças imperativas, a análise de Zanutini (1995) sobre os dois padrões de negação (um gramatical, de caráter clítico e um de caráter adverbial) parece ser adequada para explicar as estratégias de negação no PB. O desenvolvimento das três estratégias de negação no PB é então associado em Ramos (2006) ao processo já descrito por Zanutini (1995), em que negação seria alvo do Ciclo de Jespersen. Essa variação compreende a mudança da negação pré-verbal para um padrão pós-verbal, passando por estágios com formas em que ocorre também a dupla negação. Ramos (2006) apresenta a variação entre as formas pré-verbais não/num como uma evidência de que esse ciclo esteja ocorrendo no PB, assim como já ocorreu em outras línguas.

As inovações do imperativo no PB interagem com as estratégias da sintaxe da negação, demonstrando que o português brasileiro se encontra em um momento peculiar

de parametrização. As observações presentes nesse capítulo permitem o questionamento sobre a criação de uma nova classificação para o português brasileiro quanto à sintaxe do imperativo.

CAPÍTULO 3

IMPERATIVO E NEGAÇÃO NO PB: DOS ASPECTOS ESTRUTURAIS À PRAGMÁTICA

3.1 Resgatando a estrutura da discussão

No primeiro capítulo, vimos o modo imperativo de acordo com uma caracterização translinguística proposta por Rivero (1994). Nessa classificação as línguas que possuem uma forma própria de realização do modo imperativo são divididas em duas classes. A primeira classe, além de possuir uma forma própria ao modo imperativo, também apresenta uma sintaxe própria, sendo uma das principais características dessa sintaxe própria a impossibilidade de se negar a forma própria, somente sendo negada a forma supletiva. A segunda classe apresenta uma forma própria ao modo imperativo, mas não apresenta uma sintaxe própria ao modo imperativo, podendo o imperativo ser negado tanto na forma própria quanto na forma supletiva.

O português europeu enquadra-se na primeira classe dessa divisão. A tradição normativa brasileira classifica o português brasileiro como parcialmente da primeira classe, embora apresente diferenças significativas quanto à negação e ao uso de clíticos. No entanto, ao analisar o português brasileiro falado, a configuração das sentenças imperativas apresenta características especiais que o distinguem do imperativo no português europeu, naturalmente classificado como pertencente à primeira classe. Foi demonstrado que a negação no PB não impõe restrições categóricas quanto à manifestação das formas alternativas, sendo atribuída essa possibilidade à redução da morfologia verbal, que tornou indistintas a forma de imperativo e a de indicativo (presente) no PB: enquanto o PE apresenta formas diferentes para a configuração do indicativo, do subjuntivo e do imperativo, o PB não apresenta uma forma própria ao imperativo. As duas formas que podem ser usadas para expressar imperativo de 2ª pessoa no PB (*conta*, *conte*) coincidem morfológicamente ou com o indicativo (*conta*) ou com o subjuntivo (*conte*). Assim em virtude da redução morfológica, o PB não dispõe de formas verdadeiras de imperativo, mas apresenta duas formas supletivas, uma

similar ao indicativo e outra ao subjuntivo, com a possibilidade variação dialetal entre as duas.

Ainda outro fato relevante em relação ao imperativo no PB é que o português brasileiro falado apresenta três estratégias de negação. A posição dos marcadores negativos não impede a realização de nenhuma das duas formas de imperativo. No entanto, de acordo com Scherre et al. (2007) e Cardoso (2009), há evidência de que a posição pré-verbal do marcador negativo favorece o imperativo associado à forma subjuntiva e, inversamente, a negação pós-verbal e a dupla negação favorecem a forma associada ao indicativo.

No segundo capítulo, foram apresentadas as configurações sintáticas da negação, o que permitiu a visualização do posicionamento dos marcadores negativos. Vimos que, partindo de Emonds (1978), Pollock (1989) propõe uma categoria específica para a negação, no domínio da categoria Flexão na estrutura oracional. Examinamos então a proposta de Rivero (1994), em que a impossibilidade de negar sentenças com a forma verdadeira do imperativo se deve à impossibilidade do movimento de V para C (através de T), sendo Neg uma categoria interveniente. Passamos à análise de Han (1999), em que é questionada a proposta de Rivero (1994), postulando-se que a impossibilidade de negar sentenças com a forma verdadeira do imperativo não seria de ordem sintática, mas sim semântica, em virtude da impossibilidade de a negação ter escopo sobre a força ilocucionária da sentença. Por fim foi apresentada a análise de Zanutini (1995), que propõe a existência de dois tipos de marcadores negativos: um de caráter gramatical e outro de caráter adverbial. Com essa distinção, foi possível analisar as três distintas construções de sentenças com negação sentencial no PB, a saber a negação pré-verbal, a dupla negação, e a negação pós-verbal, as duas últimas consideradas estratégias inovadoras. Conforme proposto em Martins (1994), as diferenças entre os marcadores negativos Neg-V-Neg e V-Neg são atribuídas não só ao apagamento da partícula pré-verbal em [V-Neg], mas também à distinção entre marcadores de negação forte e fraco: em [Neg-V-Neg], estão presentes dois elementos negativos, um núcleo (fraco), que é gerado em NegP e se move para Agr^o em virtude de seu caráter clítico, e um elemento adverbial, que é gerado internamente ao VP; em [V-Neg], está presente um único marcador negativo, um núcleo forte, cujos traços são checados na projeção Σ P, acima de VP. Encerrando o segundo capítulo foi estabelecida uma associação entre a formação do quadro da negação no PB falado e o Ciclo de Jespersen, analisado em Zanuttini (1995)

em relação ao francês. Observamos que, para o PB, existe evidência para a realização desse ciclo, conforme proposto em Cardoso (2009) e em Ramos (2006).

O objetivo do terceiro capítulo é examinar com mais detalhe a relação entre o imperativo no PB e a negação. Pretende-se demonstrar que as variáveis associadas ao uso das formas do imperativo em sentenças negativas, conforme sistematizadas em estudos prévios, notadamente em Cardoso (2007, 2009) e Scherre et al. (2007), confirmam a análise de Ramos (2006), em relação ao uso variável de *não* e *num*, sugerindo a existência do Ciclo de Jespersen para o desenvolvimento da negação no PB. Além disso, será objetivo desse capítulo demonstrar que, adotando-se a análise de que marcadores negativos nas sentenças imperativas apresentam diferenças estruturais, conforme Martins (1994), é possível demonstrar que as formas de negação [Neg-V-Neg] e [V-Neg] oferecem diferenças também no nível pragmático. Dessa forma, será apresentada a proposta de Schwenter (2005) para os tipos de negação no PB, a saber, NEG1, negação pré-verbal; NEG2, dupla negação; NEG3, negação pós-verbal, que propõe haver diferenças entre NEG2 e NEG3, pelo fato de que a primeira admite negar conteúdos literais ou inferíveis, a partir do discurso precedente, enquanto a segunda só admite negar conteúdos literais, expressos diretamente no discurso.

Primeiramente retomaremos o fato de que as sentenças imperativas não oferecem restrições categóricas para a ocorrência das estratégias de negação no PB falado. Isso permite a ocorrência de variação dos três tipos de negação nas sentenças imperativas no PB. Em particular, examinaremos a observação de Cardoso (2009), segundo a qual os marcadores negativos pré-verbais ocorrem preferencialmente em sentenças com imperativo na forma associada ao subjuntivo e que os marcadores negativos pós-verbais ocorrem preferencialmente com imperativo associado à forma indicativa. Será demonstrado que essa distribuição pode ser analisada em termos das propriedades inovadoras do PB no que se refere à manifestação das formas supletivas associadas ao indicativo e ao subjuntivo, por um lado, e ao desenvolvimento da negação pós-verbal, por outro. Por fim, é apresentada a análise de Schwenter (2005) que analisa os marcadores de negação sob um ponto de vista pragmático.

3.2 Imperativo e negação no PB: aspectos estruturais¹⁶

Conforme mencionado anteriormente, no PE, mas não no PB, o modo imperativo apresenta uma forma própria ao modo imperativo, com morfologia distinta dos modos indicativo e subjuntivo, a que se associa uma sintaxe imperativa própria, em que a negação não pode ser aplicada à forma do imperativo verdadeiro. De acordo com Rivero (1994), essa restrição à negação ocorre em virtude de a negação ser uma barreira que impede o movimento do verbo na forma imperativa para a checagem do traço imperativo em C. Para Han (1999), no entanto, em virtude do caráter clítico da negação, há a possibilidade de que ocorra o movimento do verbo, não sendo a impossibilidade de negar a forma própria do imperativo uma restrição sintática. No entanto, haveria um bloqueio semântico, pois, nessa configuração (de V em C), a negação teria escopo sobre a força ilocucionária no momento da checagem do traço imperativo. Não obstante as diferentes análises de Rivero e Han, negar sentenças com a forma supletiva é possível, em virtude de que as sentenças feitas com a forma supletiva não apresentam a necessidade de checagem do traço imperativo em C°, não necessitando se mover o verbo para checagem de traços formais associados à modalidade imperativa. Assim sendo, a análise permite a inferência de que as construções supletivas não são, formalmente, imperativas.

Já o PB apresenta ampla possibilidade de negar as formas verbais em sentenças imperativas. Em particular, verifica-se que a reanálise do sistema pronominal leva à neutralização da distinção entre as formas pronominais baseadas no traço [+/-distanciamento], por um lado, e à redução morfológica do paradigma verbal, o que resulta no uso variável das formas supletivas, uma associada ao indicativo e outra ao subjuntivo. Além disso, as formas supletivas ocorrem com as três estratégias de negação são identificadas na língua.

A consequência imediata dessa observação seria admitir que a modalidade imperativa no português brasileiro é crucialmente determinada no domínio da pragmática. Em outras palavras, não existiria realização formal da modalidade imperativa nessa língua. Gostaríamos, porém, de investigar uma hipótese alternativa, em que ressaltamos, por um lado, o papel da codificação do modo verbal e, por outro, as inovações em relação à sintaxe da negação no português brasileiro.

¹⁶ Esta seção desenvolve-se com base em Salles & Ferreira Jr. (em preparação).

Em primeiro lugar, consideremos o que vem a ser o uso das formas supletivas em contexto de imperativo. Na tradição gramatical, faz-se referência ao chamado modo *optativo*, também designado *exortativo*, em expressões como ‘que Deus o tenha’, ‘que tudo dê certo!’, em que a oração com o verbo no subjuntivo ocorre sem a presença da oração principal. Supõe-se, nesses casos, a existência uma expressão volitiva/desiderativa implícita, que licenciaria a ocorrência da oração com o verbo no subjuntivo. Nessa configuração, fica preservada a generalização de que o subjuntivo como é o modo característico da subordinação. Conforme mencionado anteriormente, em relação à ocorrência das formas do subjuntivo em configuração imperativa, a tradição gramatical limita-se a afirmar que são formas supletivas.

Em Rivero (1994), porém, o uso das formas supletivas associadas ao subjuntivo em configuração imperativa é vinculado à subordinação, sob o argumento de que tal possibilidade explicaria por que o movimento do verbo para a periferia da oração (CP) não é obrigatório, diferentemente do imperativo verdadeiro, que não ocorre em contexto de subordinação, sendo tal movimento é obrigatório. Nesse sentido, a oração imperativa com a forma verbal supletiva (associada ao subjuntivo), assim como a oração subordinada com o verbo no subjuntivo manifestam propriedades semelhantes no que se refere à ausência de movimento (obrigatório) do verbo para a periferia da oração.

Avançando em relação à análise de Rivero (1994), propomos que o uso das formas do subjuntivo em configuração imperativa corresponde à configuração do tipo ‘optativa’ ou ‘exortativa’. Ou seja, trata-se de oração subordinada, e não de oração raiz/absoluta, sendo, portanto, selecionada por uma expressão volitiva/desiderativa implícita. Tal propriedade manifesta-se pela presença de um traço formal em C dito ‘optativo/exortativo’ – que pode ser definido como um operador *irrealis* em C. Nesse sentido, a realização da oração imperativa com a forma verbal supletiva como oração raiz é aparente, diante da presença de uma periferia oracional marcada para o traço formal ‘optativo/desiderativo’, com implicações para a sintaxe da negação. Inversamente, a presença do traço *irrealis* é ausente em orações raiz, a menos que haja uma forma verbal exclusiva associada a tal propriedade, a qual corresponde ao imperativo *verdadeiro*, com implicações adicionais para a sintaxe da oração – a saber, o movimento obrigatório do verbo para C – para licenciar o traço ilocucionário da oração.

Na presença do operador de negação, o movimento do verbo para C fica indisponível, uma restrição semântica que impede o escopo da negação sobre a força ilocucionária, conforme proposto em Han, mas também sintática, na medida em que

interage com a distribuição das formas verbais: enquanto o imperativo verdadeiro ocorre na configuração raiz, a forma supletiva ocorre na configuração subordinada, seguindo-se parcialmente a argumentação de Rivero (1994). Em línguas com a oposição entre o modo indicativo e o modo subjuntivo no sistema flexional do verbo, a ocorrência do modo subjuntivo constitui evidência morfológica independente para a existência da configuração imperativa associada ao traço formal ‘optativo’ no núcleo C, com implicações correlatas para o uso da forma supletiva. A tal situação vem acrescentar-se o caso de línguas em que o imperativo apresenta formas supletivas associadas ao indicativo (não ao subjuntivo), conforme citado em Zanuttini (1997), as quais não podem ocorrer em contexto de subordinação.

Cabe então indagar o que ocorre então no português brasileiro. Ao assumir a existência de duas formas supletivas no português brasileiro, uma associada ao subjuntivo e outra ao indicativo em configurações imperativas, o que se afirma é que o modo optativo é realizado tanto com formas verbais associadas ao subjuntivo como com formas verbais associadas ao indicativo. Assim, postula-se para ambos os casos a existência do traço formal em C, associado ao modo optativo, o qual é selecionado por uma expressão volitiva/desiderativa implícita. Propõe-se ainda que a existência das duas formas supletivas no português brasileiro é determinada por uma propriedade do português brasileiro, que é o sincretismo morfológico, no que se refere à oposição entre o modo indicativo e subjuntivo, o qual se expressa pela distribuição variável das formas do subjuntivo e do indicativo em algumas formas do paradigma flexional (cf. Rocha 1997, Oliveira 2007, e referências ali citadas).

- (1) a. Eu quero que você verifique o óleo (...)
 b. Você quer que eu ligo pra você quando eu chegar
 c. Espero que algum dia o governo federal olha de maneira mais positiva pr’aqui.
 (dados extraídos de Rocha 1997)

O uso variável das formas do indicativo e do subjuntivo no português brasileiro está amplamente relatado na literatura, cabendo destacar o fato, observado em Salles (2007), de que o sincretismo associado às formas do presente do subjuntivo corresponde às configurações completivas – trata-se, portanto, das formas que se supõe estarem associadas às configurações ditas ‘optativas’. Nesse sentido, postula-se que o uso

variável das formas do indicativo e do subjuntivo se manifesta em configuração estrutural semelhante àquela encontrada nas línguas em que apenas uma forma supletiva é utilizada – sendo a variação determinada por fatores independentes.

Em síntese, propomos que as configurações imperativas com o uso de formas supletivas estão associadas a uma configuração sintática específica – que se define pela presença de uma categoria C marcada por traço formal ‘optativo’, o qual manifesta um correlato morfológico em línguas que detêm um paradigma flexional que distingue o modo indicativo e o subjuntivo – mas nem sempre, como é o caso do português brasileiro. Propomos adicionalmente que essas condições interagem com outras propriedades, particularmente com a sintaxe do sujeito e a sintaxe da negação, o que permite demonstrar que existem propriedades formais associadas à expressão da modalidade imperativa no português brasileiro, além dos fatores de ordem pragmática, que se associam ao uso dessas formas nas diferentes línguas.

Em relação à sintaxe do sujeito, é amplamente reconhecido na literatura gerativista que o português brasileiro manifesta propriedades de uma língua de sujeito nulo ‘parcial’ (cf. Figueiredo Silva 1996; Kato 1999; Duarte 2000; Rabelo 2010, e referências ali citadas). Tal situação se caracteriza pela ocorrência categórica de sujeito nulo em dois contextos: no caso de interpretação não referencial (como em *Choveu ontem*), no caso de interpretação (referencialmente) ligada (como em *Maria_i disse que e_i vai viajar*). Nos demais contextos, o sujeito pode ou não ser preenchido, de acordo com determinadas condições. O que gostaríamos de ressaltar é que as sentenças no imperativo enquadram-se na situação de sujeito nulo com interpretação obrigatoriamente ligada: seja na configuração raiz, seja na configuração encaixada/subordinada, o sujeito, sendo de 2ª pessoa do singular (*tu/você*) e do plural (*vocês*), seja de 1ª pessoa do plural (*nós*), tem sua referência obtida por ligação no discurso (*Fecha (tu/você) a porta!* [eu quero que] *feche (tu/você) a porta!*) (ou por um operador genérico/indefinido – [eu quero que] *Fechem a porta*). Nesse sentido, tem-se uma condição formal que caracteriza a configuração imperativa no PB associada à sintaxe do sujeito.

Quanto à sintaxe de negação, vimos anteriormente que, de acordo com Cardoso (2009), a posição da partícula negativa na estrutura imperativa pode interferir no uso das formas alternantes. Embora tanto a forma indicativa (*Faz o dever!*) quanto a forma subjuntiva (*Faça o dever!*) possam ser negadas, o uso da forma indicativa com negação pré-verbal além da leitura imperativa, gera uma leitura assertiva (*Não faz o dever!*). A

leitura assertiva é ainda mais forte com o uso de advérbios negativos como ‘nunca’ e ‘jamais’ (*Nunca/Jamais faz o dever!*). De maneira geral, no português brasileiro falado, o uso de negação pré-verbal é favorecido em sentenças com a forma associada ao subjuntivo. Já nas sentenças com negação pós-verbal e dupla negação, há o favorecimento do uso de imperativo associado à forma indicativa. Assim “o uso da estrutura (V-Neg) e (Neg-V-Neg) produz, pelo menos, dois efeitos: (i) minimiza o ato de fala refutativo; (ii) aumenta a ocorrência de formas indicativas para o imperativo”.(CARDOSO 2004 *apud* CARDOSO 2009:126)

Scherre et al. (2007) e Cardoso (2009) sugerem que o fato de a dupla negação no PB se alinhar com a negação pós-verbal e não com a pré-verbal, no que se refere à escolha da forma do imperativo associado ao indicativo, demonstra que a negação no português apresenta propriedades semelhantes à da dupla negação em francês (*ne/pas*), sendo o segundo elemento o marcador dominante. Embora a gramática do imperativo no português brasileiro indique a ausência de imperativo verdadeiro, proporcionando a possibilidade de variação no uso da negação, consideramos que o favorecimento da negação pré-verbal com a forma supletiva associada ao subjuntivo, e o favorecimento da negação pós-verbal com a forma supletiva associada ao indicativo indicam a mútua implicação entre o desenvolvimento do padrão inovador tanto do imperativo como da negação no português brasileiro.

Essa análise coincide com as análises de Ramos (2002, 2006), em que é demonstrado que a existência de um marcador mais fraco (*num*) é possibilitada pela existência de um marcador forte pós-verbal. Além disso, os estudos sobre a negação no português brasileiro indicam que as formas de negação pós-verbal (seja na configuração de dupla negação, seja na configuração de negação única) constituem uma inovação, como se depreende da ampliação de usos associada à faixa etária, e da ausência de efeitos associados à escolarização. Demonstra-se que as formas inovadoras não são encontradas nos grupos de falantes não escolarizados em faixas etárias avançadas (cf. Alkmin 2002).

Essas considerações demonstram que o Ciclo de Jespersen para a negação no PB é compatível com os dados da variação nos usos do modo imperativo. O uso de imperativo associado ao indicativo é encontrado em faixas etárias menores, bem como, o uso de dupla-negação e de negação pós-verbal. O uso de imperativo associado ao subjuntivo, ao contrário, é uma forma que apresenta relação mais estrita com a negação pré-verbal. Analisando a sequência proposta no Ciclo de Jespersen, podemos supor que

a tendência de uso do imperativo associado aos marcadores negativos acompanhe, exatamente, a ordem proposta pelo Ciclo. Assim, a tendência de usos seria direcionada ao aumento de usos de sentenças indicativas com marcadores de negação pós-verbais e diminuição de uso de sentenças com a forma subjuntiva e com marcadores pré-verbais. De acordo com Schwenter (2005), o PB estaria situado no estágio 2 do Ciclo de Jespersen:

“NEG2 in BP constitutes what is commonly known as “embracing” negation. This pattern is found in other Romance varieties as well (...) and arises via the incorporation of a post-sentential, afterthought-like “resumptive negation” (Jespersen 1917: 72) into sentence-final position, with loss of the intonation break between the sentence and the negative morpheme. These formal differences notwithstanding, the synchronic distribution and diachronic development of the noncanonical BP negatives in (7) have been widely considered an instance of Jespersen’s Cycle(...). As I intend to show in the rest of this section, there are clear discourse-functional similarities shared with the Catalan and Italian NEG2 constructions which indeed justify situating both NEG2 and NEG3 in BP at Stage 2 of Jespersen’s Cycle.”

SCHWENTER (2005:10)

3.3 Características pragmáticas dos marcadores negativos

3.3.1 Ciclo de Jespersen e estratégias de negação nas línguas românicas

A análise de Schwenter (2005) apresenta a associação entre o Ciclo de Jespersen e as estratégias de negação das línguas românicas. O autor afirma inicialmente que há um estágio intermediário no Ciclo de Jespersen, chamado de estágio 3/4, em que a negação pré-verbal é realizada com variação, o qual é exemplificado pela negação francesa no estágio atual (Armstrong 2002; Ashby 1981, 2001; Coveney 1996; Martineau; Mougeon 2003; Sankoff; Vincent 1980, citados por Schwenter (2005)).

Estágio 1. NEG + VERB - *Je ne sais*.

Estágio 2. NEG + VERB + NEG (enfática) - *Je ne sais (pas)*.

Estágio 3. NEG + VERB + NEG (obrigatória) - *Je ne sais pas*.

Estágio 4. VERB + NEG - *Je sais pas*.

De acordo com uma análise semântico-pragmática, a existência de uma negação pós-verbal obrigatória (parte do estágio 3) é amplamente conhecida na literatura como resultado de uma gradual perda de seu caráter enfático. Ela perde o valor enfático e é reanalisada como um elemento obrigatório acompanhando o marcador canônico.

O objetivo da análise de Schwenter (2005) é demonstrar, por meio da análise de dados do catalão, do italiano e do português brasileiro, que considerar a distribuição sintática dos marcadores de negação pelo critério da ênfase é problemático. Para demonstrar que a caracterização da negação pelo critério da ênfase não é suficiente para distinguir o caráter pragmático dos marcadores negativos, a argumentação defende que há evidência de que a negativa pós-verbal é estritamente relacionada a fatores estruturais-informacionais.

A descrição do sistema de negação do catalão demonstra que a estrutura ‘*no V pas*’ tem sido considerada como uma construção enfática por alguns autores, mas não por outros. Assim, a distribuição de ‘*no V pas*’ é estritamente controlada por fatores estruturais informacionais.

(2)

a. [Saindo em um dia quente, após vários dias com um tempo frio incomum]

Avui no fa (#pas) fred!

today not makes cold

‘Today it’s not cold!’

‘Hoje não faz frio!’

b. [Falante B para A; B acredita que A acredita que o tempo frio continuará]

Avui no fa (#pas) fred!

‘Today it’s not cold!’

‘Hoje não está frio!’

(3)

a. [Mesmo contexto de (2a)]

A: Avui fa fred també?

today makes cold also

‘Will be it cold today as well?’

‘Hoje fará frio também?’

B: No, avui no fa (pas) fred.

no, today not makes (NEG) cold

‘No, today it’s not cold.’

‘Não, hoje não faz frio.’

b.[Falante B vê A colocando um casaco]

Avui no fa (pas) fred.

‘Today it’s not cold’

‘Hoje não está frio’

Schwenter (2004:6) observa que o marcador pós-verbal ‘*pas*’ não é aceitável em (2a) e (2b), enquanto a NEG1 é normalmente aceita. No exemplo com o contraste, em (3a) e (3b), NEG2 é aceitável, mas não é requerida. Em termos gerais, a diferença entre os exemplos dados em (2) e (3) é que em (2) não há um elemento ativador no discurso para licenciar ‘*pas*’. As expectativas internas do contexto não são suficientes para licenciar ‘*pas*’ e nenhuma expectativa sobre o que se espera ou sobre um estado de crença¹⁷ prévio como em (2b) é suficiente. Se o comportamento de ‘*pas*’ fosse de fato licenciado pela ênfase, seria difícil explicar por que elocuições como (2a) e (2b) situadas em contextos de ênfase são ruins. Deve haver, portanto, uma proposição saliente, evocada quer linguisticamente (3a), quer situacionalmente (3b) para ‘*pas*’ ser aceito. Schwenter (2004) refere-se a Prince (1992) ao afirmar que NEG2 é sensível ao status do discurso, não ao status do ouvinte de uma proposição negada. Afirma também que não deve haver apenas uma proposição dada no discurso, mas deve haver também no momento da elocução saliência discursiva. No discurso falado, NEG2 é realizada como uma negação de uma proposição que pode ser uma elocução prévia, uma proposição compartilhada pelo outro falante, como em (3a), ou uma resposta a uma ação não lingüística, porém saliente no discurso, de onde uma proposição particular pode ser inferida, como em (3b).

Schwenter (2005) apresenta um caso similar em que a estrutura informacional é crucial para a caracterização do uso de NEG2. A forma de NEG2 no italiano standard é

¹⁷ A expressão *belief-state*, traduzida como ‘estado de crença’, diz respeito ao conhecimento de mundo que faz parte das crenças prévias do conhecimento de mundo dos interlocutores.

‘*non V mica*’. Atualmente é generalizado o uso desse marcador de forma semelhante ao de NEG2 no catalão, também o uso de ‘*mica*’ como NEG3 na fala popular do norte da Itália. O autor cita Zanuttini(1997) contrastando exemplos de NEG1 com a negação não canônica NEG2.

(4) a. Gianni non ha la macchina.

‘Gianni not have the car’

‘Gianni não tem carro’

b. Gianni non ha mica la macchina.

‘Gianni doesn’t have the car.’

‘Gianni não tem carro não.’

Zanuttini (1997) (citada em SCHWENTER (2005:8)) descreve a diferença pragmática desses exemplos da seguinte maneira:

As was first discussed in Cinque (1976), the occurrence of *mica* is pragmatically restricted to those contexts in which the non-negative counterpart of the proposition expressed by the sentence is assumed in the discourse. For example, in order for *mica* to be uttered felicitously in [(5a)], it is necessary that the proposition that Gianni has a car be entailed by the common ground. If such a proposition is not part of the common ground, the presence of *mica* renders the sentence infelicitous and its counterpart without *mica* must be used... (1997: 61; emphasis added)

A explicação dada por Zanuttini é mais explícita que a explicação intuitiva que atribui à ênfase as diferenças pragmáticas dos marcadores negativos. Para Schwenter (2005), no entanto, a autora não deixa claro o uso do contexto comum definido em sua análise. Nesse sentido, no intuito de clarear a análise de Zanuttini, realiza a comparação entre os exemplos 6A e 6B.

(5) A: Chi viene a prenderti?

who comes to grab-you

‘Who’s coming to pick you up?’

B: Non so. Ma Gianni non ha (#mica) la macchina.

not I.know but Gianni not have the car

‘I don’t know. But Gianni doesn’t have the car.’

- (6) A: Chi viene a prenderti, Gianni?
 ‘Who’s coming to pick you up, Gianni?’
 B: Non so. Ma Gianni non ha (mica) la macchina.
 ‘I don’t know. But Gianni doesn’t have the car.’

Schwenter nota que ‘mica’ é inaceitável em (5), mesmo com os locutores compartilhando um contexto comum¹⁸. Em contraste, em (6), ‘mica’ é aceitável porque a proposição “*Gianni is coming to pick B*” é ativada e saliente no contexto discursivo. Assim, ‘mica’ pode ser empregada de forma aceitável quando a proposição negada é acessível no contexto comum do discurso, mas a maneira como a proposição se torna parte do contexto comum é crucial para a aceitabilidade desse marcador. Assim, como no catalão, a proposição sendo negada com NEG2 precisa ser informação dada no discurso e saliente no contexto discursivo. Em (6) é mostrado que a crença prévia na correspondente afirmativa não é necessária ao uso de NEG2, mas somente a ativação da proposição é suficiente. Dessa forma, NEG2 em catalão e em italiano são licenciadas somente quando a negação é saliente em uma proposição com discurso antigo.

3.3.2 Diferenças pragmáticas entre NEG2 e NEG3 no PB

Uma diferença importante apontada por Schwenter (2005) para o PB é que essa língua apresenta uma forma idêntica para os marcadores pré-verbal e pós-verbal. O objetivo da seção dedicada ao PB é demonstrar que há similaridades discursivo-funcionais compartilhadas com o catalão e o italiano que levam o PB ao status de estágio 2 no Ciclo de Jespersen. A negação no PB é considerada por autores como uma mudança em processo. No entanto, nas pesquisas realizadas, as ocorrências de NEG2 e NEG3 são muito pequenas em relação a NEG1. Agrupando resultados de diferentes estudos chega-se ao número de NEG2 não excedendo 20%, enquanto NEG3 não excede 5% (Alkmin 2001; Furtado da Cunha 1996, 2001; Roncarati 1996, citados por Schwenter 2005).

¹⁸ A expressão ‘common ground’ caracteriza um conjunto de proposições comumente compartilhadas como verdadeiras pelos interlocutores (Stalnaker 1978 *apud* Schwenter 2005).

Nos exemplos analisados, Schwenter (2005) encontra correspondência entre NEG2 no catalão e no italiano e NEG2 no PB, no que se refere aos contextos em que não é aceitável.

(7) [A falante percebe que ela perdeu o programa de tv que queria ver]

Eu não vi esse programa (#não)!

I not saw that program

‘ I didn’t watch that program!’

(SCHWENTER 2004:11)

(8) [A irmã percebe que SEU IRMÃO perdeu o programa de tv que ele queria ver]

A: Você não viu esse programa (#não)!

you not saw that program

‘You didn’t watch that program!’

(SCHWENTER 2004:11)

(9) A: Você viu esse programa?

‘Did you watch that program?’

B: Não vi não.

not I.saw NEG

‘I didn’t watch it.’

(SCHWENTER 2004:11)

É meramente a ativação no discurso, não a crença de uma proposição P, que licencia o uso de NEG2 para a subsequente negação da proposição. Então, a questão posta por A em (9) não deve ser interpretada como tendenciosa para a verdade da proposição correspondente (i.e. que B viu o programa), no sentido de B empregar a negação como réplica. Pelo contrário, aparentemente, contextos de ênfase, como (7), ou de ouvinte-conhecido, como (8), não licenciam NEG2, sendo somente NEG1 possível nesses exemplos.

Outra evidência para a necessidade de distinção entre proposições acreditadas e ativadas pode ser vista nos exemplos em que NEG2 não ocorre em uma sentença que prevê uma resposta a uma questão *sim/não*. O exemplo em (10), retirado por Schwenter (2005) do corpus PEUL do português falado do Rio de Janeiro, apresenta um falante F,

que oferece eventualidades em uma discussão sobre um time de futebol vencer um jogo particular.

(10) E- (est.) Quer dizer que tem possibilidade de ganhar?

F- Tem possibilidade. A não ser se acontecer, no campo mesmo, um desastre: alguém quebrar uma perna, do outro ser expulso, daí, pode até perder, mas isso aí, se deus quiser, não acontece não.

(SCHWENTER 2005:1439)

Em (10), o participante F não acredita que alguém vai quebrar uma perna ou ser expulso do jogo em questão. No entanto, cria cenários possíveis que prejudicariam as chances de um time vencer. O uso de NEG2 – na oração principal de um período com oração condicional – vem negar as ocorrências hipotéticas desses eventos desastrosos, eventos esses que existem apenas na mente do falante. A ocorrência desses eventos é ativada no modelo mental do falante e no contexto comum dos interlocutores, mas não é acreditado pelos falantes da conversa.

Como no catalão e no italiano, NEG2, no PB, pode ocorrer também em concordância com a asserção negativa anterior no discurso. Novamente esses exemplos se alinham com a análise apresentada, na medida em que NEG2 também é sensível à saliência, à informação dada do discurso.

(11)

A: O João não foi à festa.

the João not went to.the party

‘João didn’t go to the party.’

B: Não foi não.

‘He didn’t go.’

(SCHWENTER 2004:12)

A necessidade de obter informações estruturais na análise da negação não canônica fica mais clara ao compararmos NEG2 e NEG3 no PB. A saliência e a informação dada no discurso das proposições negadas são requeridas também por NEG3, que, conforme pode ser visto em (8), também forma exemplos inaceitáveis e, no entanto, forma sentenças aceitáveis em (9). Assim a diferença entre NEG2 e NEG3 no

PB é que somente NEG2 pode ser usada para negar proposições que são inferíveis na base das proposições, enquanto NEG3 nega a proposição que é ativada explicitamente no contexto discursivo. Comparemos NEG2 e NEG3, que são aceitáveis em (12), mas em (13) somente é licenciado o uso de NEG2 .

(12) A: Você gostou da palestra da Maria?

you liked of.the talk of.the Maria

‘Did you like Maria’s talk?’

B: Gostei não. (Or: Não gostei não)

I.liked NEG

‘I didn’t.’

(SCHWENTER 2004:12)

(13) A: Você gostou da palestra da Maria?

‘Did you like Maria’s talk?’ (+> B went to Maria’s talk)

B: Eu #(não) fui não.

I not went NEG

‘I didn’t go.’

(SCHWENTER 2004:13)

A questão levantada pelo participante A em (12) ativa diretamente a proposição ‘você (=B) gosta de como Maria fala’, permitindo ambas NEG2 e NEG3 na resposta de B. Em (13), no entanto, a mesma questão não ativa diretamente a proposição ‘você’(=B) foi à palestra da Maria, mas permite a inferência de que A acredita que B foi à fala de Maria. Nesse caso NEG3 é inaceitável, desde que o domínio do uso seja restrito à informação dada no discurso, que é diretamente ativada pelo discurso. Por contraste, NEG2 não é restrita nesse sentido, e também é boa na replica de B.

A negação canônica NEG1 pode ser usada em todos os contextos em que NEG2 e NEG3 são aceitas. Assim, os contextos de discurso novo e informações primárias são cobertas por NEG1. As diferenças entre as três estratégias de negação podem ser resumidas no quadro abaixo, em que apenas NEG1 é permitida com proposições que contenham discurso novo. Em contextos inferíveis, NEG1 e NEG2 podem ocorrer, e as três formas com discurso diretamente ativado, sendo as ocorrências de NEG3 restritas a essa possibilidade.

Tabela 6. Tipos de negação em relação aos contextos discursivos¹⁹

Forma	Novo no discurso	Inferível	Diretamente ativado
NEG1	OK	OK	OK
NEG2	#	OK	OK
NEG3	#	#	OK

Diante de tais considerações, cabe verificar se as condições de distribuição das estratégias de negação se aplicam aos casos de negação do imperativo.

Vimos, no Capítulo 2, que Martins (1997) propõe estruturas distintas para Neg-V-Neg e V-Neg, neste ponto referidas, respectivamente, como NEG2 e NEG3. Em particular, o marcador de negação pós-verbal, em NEG2, é um núcleo forte, adverbial, realizado como complemento de V, enquanto o marcador de negação pós-verbal, em NEG3, é um núcleo forte na projeção estendida do VP, a que se associa uma configuração tema-rema, em que o predicado é deslocado para a posição tópico, sendo interpretado como o tema, e a negação permanece *in situ*, sendo interpretada como rema. Infere-se, portanto, que a informação diretamente ativada no discurso – exclusiva de NEG3 – é realizada por topicalização. No entanto, assumindo-se que NEG2 também envolve interpretação diretamente ativada no discurso, conclui-se que tal interpretação pode ser codificada sintaticamente na configuração em que Neg é uma categoria adverbial. Nesse sentido, conclui-se que a ativação de Neg2 e Neg3 implica a ocorrência de diferentes realizações sintáticas para a negação da informação diretamente ativada no discurso. Tal situação é compatível com o imperativo, que se caracteriza por veicular uma interpretação diretamente ativada no discurso.

¹⁹ Adaptado de Schwenter (2005)

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi demonstrar a relação que o desenvolvimento do modo imperativo no PB falado tem com o desenvolvimento das estratégias de negação. Assim primeiramente observamos que a manifestação do modo imperativo no PB se diferencia do PE. Vimos que o PE pode ser classificado como língua de imperativo verdadeiro de Classe I, de acordo com os padrões estabelecidos por Rivero (1994). O PE possui uma forma verbal própria do modo imperativo, sendo essa forma incompatível com a ocorrência de marcador negativo. A negação de uma sentença imperativa só ocorre quando é realizada a forma supletiva, com a morfologia do modo subjuntivo. Essa forma negada também só permite a negação em posição pré-verbal.

A impossibilidade de se negar a forma própria, ainda segundo Rivero (1994), se dá por razões sintáticas, devido ao bloqueio realizado pela categoria NEG, que impede o movimento do verbo para a posição mais alta, necessária para que ocorra a checagem do traço imperativo, alojado na categoria C. Em contrapartida à explicação de Rivero, foi apresentada a análise de Han (1999), que apresenta razões semânticas para o bloqueio do movimento, uma vez que, em virtude do caráter clítico da negação pré-verbal, não deveria haver restrição ao movimento do verbo para C. Assim, não ocorreria nenhuma forma de bloqueio sintático. Segundo Han, o escopo da negação sobre o morfema imperativo alojado em C gera restrições semânticas, impedindo que a negação seja realizada em sentenças com a forma verdadeira.

Assim, sentenças com a forma verdadeira não podem ser negadas, sendo as sentenças imperativas nas línguas de imperativo verdadeiro de Classe I negadas apenas em suas formas supletivas. A forma supletiva pode ser negada em virtude de não possuir propriamente um traço imperativo que exija checagem. A sentença imperativa com a forma supletiva associada ao subjuntivo é identificada pela pragmática. Sem aprofundar a controvérsia entre a análise de Rivero (1994) e de Han (1999), passamos a discutir os dados do português brasileiro, em que não a distinção entre o imperativo verdadeiro e o imperativo supletivo não se coloca, diante da perda não só do imperativo verdadeiro, como também do movimento do verbo para a periferia da oração.

Seguimos demonstrando que o modo imperativo no PB não apresenta a mesma estrutura do modo imperativo no PE. O PB recorre a duas formas verbais diferentes na configuração imperativa, caracterizadas como formas supletivas associadas ao subjuntivo e ao indicativo, de acordo com a caracterização de Salles et al. (2007). A

forma do indicativo, embora morfológicamente semelhante à forma do imperativo verdadeiro, pertence a um paradigma supletivo. A razão para o surgimento da forma associada ao indicativo estaria relacionada à reanálise do sistema pronominal, que neutraliza o traço [+/-distanciamento], por um lado, e promove o sincretismo morfológico das formas verbais de 2ª e 3ª pessoas (*você faz/ ele faz*). Propõe-se que as formas variantes supletivas ocorrem em uma configuração marcada para o traço *optativo* (característico da subordinação), a qual se manifesta em virtude da neutralização da oposição indicativo vs subjuntivo no PB. Nesse contexto sintático, ambas as formas do imperativo são encontradas independentemente da polaridade da sentença.

A possibilidade de se construir sentenças imperativas somente com as formas supletivas do indicativo e do subjuntivo no PB abre a possibilidade de utilizar a negação com ambas as formas. A tal fato vem acrescentar-se o desenvolvimento de formas inovadoras de negação no português brasileiro, em que se identificam diferentes estratégias de negação nas sentenças imperativas. Sentenças com as formas supletivas não têm necessidade de checagem de traços imperativos em categorias mais altas. Dessa forma o modo imperativo ocorre com as três diferentes estratégias de negação: Neg-V; Neg-V-Neg e V-Neg.

No intuito de compreender as diferenças entre as estratégias de negação, principalmente as estratégias não canônicas, foi apresentada, por meio da análise de Martins (1994), uma análise para as diferenças estruturais entre Neg-V-Neg e V-Neg.

Na primeira, com dois marcadores negativos, tem-se um núcleo que é gerado em NegP e se move para Agr^o em virtude de seu caráter clítico, e um advérbio que é gerado interno ao VP. Na segunda, está presente um único marcador negativo, um núcleo forte que checa seus traços em Σ^o , com o movimento da sentença para uma posição acima da categoria Σ , responsável pelo alojamento da negação.

Confirmando as diferenças entre as duas estratégias de negação não-canônicas do PB, foi apresentada a análise de Schwenter (2005), que demonstra essas diferenças por uma perspectiva pragmática. A proposta seguiu a hipótese de que apenas o caráter enfático não é suficiente para caracterizar os marcadores negativos, demonstrando-se que é necessário observar aspectos estruturais-informacionais no discurso, como o status da informação no discurso. Ao apresentar sentenças do catalão e do italiano, Schwenter confirma a relação entre NEG2 e o caráter saliente da informação discursiva, bem como o caráter da informação velha no discurso. Na análise do PB o autor

apresenta as diferenças entre NEG1, NEG2 e NEG3. O marcador NEG1 ocorre amplamente nos contextos discursivos. A ocorrência de NEG2 é restrita a contextos de informações inferíveis ou em contextos com informações diretamente ativadas no discurso. Já NEG3 é uma forma mais restrita, tendo a necessidade de que a informação seja diretamente ativada no discurso.

O estudo das estratégias de negação ainda merece investigações maiores, principalmente em relação ao acompanhamento dos índices de ocorrências dos marcadores negativos pós-verbais em relação às estruturas de imperativo associadas ao indicativo. O aumento das ocorrências desse tipo de estrutura reforça a hipótese de que o PB esteja sofrendo alterações relativas aos estágios 2 e 3 do Ciclo de Jespersen.

Referências bibliográficas

- ALKMIN, M. G. R. (2002) Estudo da variação do modo imperativo em obras de Jorge Amado. Ms., Universidade de Brasília.
- CARDOSO, D. B. B. (2009). Variação e mudança do imperativo no português brasileiro: gênero e identidade. Tese de doutorado
- _____. (2006) O imperativo gramatical no português do Brasil. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 14, nº 2. Universidade Federal de Minas Gerais. PP 317-340.
- CAVALCANTE, Rerisson. (2007). *A negação pós-verbal no português brasileiro: análise descritiva e teórica de dialetos rurais de afro-descendentes*. Salvador: UFBA. Dissertação de Mestrado.
- _____. (2010). Interação entre imperativo e negação. *Revista de Estudos da Linguagem*, dezembro de 2010. v. 8, n. 2, p. 9-36.
- CHOMSKY, N. (1995) , *The Minimalist Program*, Current studies in linguistics 28, MIT Press, Cambridge, MA.
- _____. *The Minimalist Program*. Cambridge: Mass, MIT Press. (Versão Portuguesa O programa Minimalista (1995): tradução de Eduardo Raposo, Lisboa: Editorial Caminho, 1999.
- _____. (2001). Derivation by Phase. *Ken Hale: A Life in Language*. Kenstovicz, Michael (ed). Cambridge, Mass: MIT Press. pp. 1-54.
- DUARTE, M. E. (2000) "The loss of the 'avoid pronoun' principle in Brazilian Portuguese". In: Kato, Mary & Esmeralda Negrão (eds.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt, Vervuert.
- DUARTE, I. (2004). "Padrões de colocação dos pronomes clíticos". In Mateus, M. H. M., Brito, A. M., Duarte, I. Faria, I. H. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*, 6ª edição, Lisboa, Caminho, 847-867.
- FARACO, C. A. (1986) Considerações sobre a sentença imperativa no português do Brasil. *D.E.L.T.A.*, Vol. 2, nº 1, p. 1-15.
- FIGUEIREDO-SILVA, M. C. (1996) *A posição sujeito no português brasileiro*. Campinas: Ed. Unicamp.

- FURTADO DA CUNHA, M. A., (2001) O modelo das motivações competidoras no domínio funcional da negação. *D.E.L.T.A.* 17.1: 1-30
- HAN, Chung-Hye. (1999). Cross-linguistic variation in the compatibility of negation and imperatives. *Proceedings of the 17th West Coast Conference on Formal Linguistics*. CSLI, Stanford, 265-279.
- _____. (2001). Force, negation and imperatives. *The Linguistic Review* 18, p. 289-325.
- HOPPER, P J., and C TRAUGOTT, E. C.. (1993). *Grammaticalization*. Cambridge, England: Cambridge University Press. 256 pages
- KATO, M.A.
- HORNSTEIN, Norbert; NUNES, Jairo; GROHMANN, Kleantes K. (2005). *Understanding Minimalism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JESPERSEN, O. (1971) *The Philosophie de la Grammaire*. Tradução francesa de The Philosophy of Grammar. Paris: Editions de Minuit.
- KATO, M.A. (1999). ‘Strong Pronouns, Weak Pronominals and the Null Subject Parameter’. *Probus*. 11: 1. pp. 1-37.
- LAKA, I. (1990). *Negation in syntax: on the nature of functional categories and Projections*. MIT, Tese de Doutorado.
- LOPES, C.R.S., 1999. *A inserção de a gente no quadro pronominal do português: Percorso histórico*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, Letras/UFRJ
- _____. (2001). Force, negation and imperatives. *The Linguistic Review* 18, p. 289-325.
- MATOS, G. (2004). “Aspectos sintáticos da negação”. In Mateus, M. H. M., Brito, A. M., Duarte, I. Faria, I. H. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*, 6ª edição, Lisboa, Caminho, 767-793
- MARTINS, E. E. (1997). Sentential negation in spoken Brazilian Portuguese. Washington: Georgetown University. Dissertação de Mestrado.
- MIOTO, C. (2005) As interrogativas-Q do Português Brasileiro. *Revista da ABRALIN*, Belo Horizonte, MG, v. 4, n. 1 e 2, p. 171-196.
- _____. (1991). Negação sentencial no português brasileiro e a teoria da gramática. Campinas: UNICAMP, Tese de Doutorado.
- OLIVEIRA, M. C. (2007) O uso do modo verbal em estruturas de complementação no português do Brasil. Ms., Universidade de Brasília.
- POLLOCK, Jean-Yves. (1989). Verb movement, universal grammar, and the structure of IP. *Linguistic Inquiry* 20, 365-424.

- RABELO, P. C. (2010) Argumentos (EPP) nulos no português do Brasil em contextos oracionais finitos e infinitivos. Universidade de Brasília. Tese de Doutorado.
- RAMOS, J. M. (2006) O processo *não > num* na fala. Em J. Ramos & L. Vitral, *Gramaticalização: uma abordagem formal*, p.119-132. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFMG.
- RIVERO, Maria-Luisa. (1994). Negation, imperatives and Wackernagel effects. *Rivista di Linguistica* 6. 39–66.
- _____. & A. Terzi. (1995). Imperatives, V-movement and logical mood. *Journal of Linguistics* 31.2:301-332.
- RIZZI, Luigi. (1982). *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht: Floris.
- ROBERTS, I. (1996) *Comparative Syntax*, London: Edward Arnold,.
- ROCHA, R. C. F. (1997) *A alternância indicativo/ subjuntivo nas orações subordinadas substantivas em português*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília.
- SALLES, H. M. M. L. (2007) “Complementação oracional na Diacronia do Português do Brasil” In: CASTILHO, A. et al. (Orgs) *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. Campinas/SP. Editora Pontes v. 1. 403-418.
- SCHERRE, M. M. P. (2003) *Norma e uso na expressão do imperativo em revistas em quadrinhos da Turma da Mônica*. In: SILVA, Denize Elena Garcia da; LARA, Gláucia Muniz Proença & MAGAZZO, Maria Adélia (orgs.). *Estudos de linguagem- Inter – relações e Perspectivas*. Campo Grande: UFMS, p. 177- 191.
- _____. (2004). Norma e uso - O imperativo no português brasileiro. In: W. Dietrich & V. Noll (orgs.) *O português do Brasil - Perspectivas da pesquisa atual*. Frankfurt AM Main: Vervuert/Madrid: Iberoamericana. 231-260.
- _____. (2007) Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. *Alfa*, São Paulo, 51 (1): 189-222.
- _____. (2008). O imperativo gramatical no português brasileiro: reflexo de mudança linguística na escrita de revistas em quadrinhos In: Anthony Julius Naro e a *Linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. 1 ed. Rio de Janeiro : FAPERJ/7Letras, p. 306-319.
- _____. ; CARDOSO, D. B. B. ; LUNGUINHO, M. V.; SALLES, H. M. M. L. A. . (2007) Reflexões sobre o Imperativo em Português. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 23, p. 193-241, 2007.

- SCHWENTER, S. A. (2004) "Fine-Tuning Jespersen's Cycle." *Drawing the Boundaries of Meaning: Neo-Gricean Studies in Pragmatics and Semantics in Honor of Laurence R. Horn*, ed. by Betty J. Birner and Gregory Ward. Amsterdam: Benjamins.
- _____.(2005) The pragmatics of negation in Brazilian Portuguese. *Lingua* 115.1427-56,
- SOUSA, L.T. (2007) *Formas reduzidas de itens negativos no Português Brasileiro*. Dissertação de mestrado. Fale/UFMG.
- VITRAL, L. (2006) A negação: teoria da checagem e mudança lingüística. Em J. RAMOS, J. & VITRAL, L. *Gramaticalização: uma abordagem formal*, p.119-132. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFMG.
- _____. (2001) Sintaxe Formal e Gramaticalização: roteiro de uma pesquisa. In.: Nicolau, E (org.).*Estudos sobre a estrutura gramatical da linguagem*, Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2001.
- _____.(1999) A Negação: Teoria da Checagem e Mudança Lingüística. D.E.L.T.A.. Vol. 15, nº1, 1999. p. 57-84
- WURFF, Wim van der. (2007) Imperative Clauses in Generative Grammar: an introduction. In: WURFF, Wim van der. (ed.). *Imperative Clauses in Generative Grammar: Studies Offered to Frits Beukema*. Amsterdam: John Benjamins, 1-94.
- ZANUTINNI, R. (1994) "Re-examining Negative Clauses." In Cinque, G. et al. (eds.) *Paths towards Universal Grammar, Studies in Honor of Richard S. Kayne*. Georgetown University Press, pp. 427–451.
- _____. (1994) "Speculations on Negative Imperatives." *Rivista di Linguistica*, 6.1, pp. 67-89.
- _____. (1995). "Dialectal variation as an insight into the structure of grammar". In *Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics*. James E. Alatis, Carolyn A. Straehle, Brent Gallenberger, and Maggie Ronkin (eds.). Georgetown University Press, pp. 559-574.

